



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMISSÃO DE AEROPORTOS DA REGIÃO AMAZÔNICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

BELÉM / 2012



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMISSÃO DE AEROPORTOS DA REGIÃO AMAZÔNICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	9
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	9
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	10
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	11
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	12
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	13
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	13
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	13
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	13
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	14
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....	16
2.4 INDICADORES	17
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	20
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	21
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	21
3.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	23
3.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	24
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	24
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	24
4.1.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ	24
4.1.2 INFORMAÇÕES SOBRE OBJETIVOS VINCULADOS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ	24
4.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE INICIATIVAS VINCULADAS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ	24
4.1.4 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ	24
4.1.5 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	24
4.1.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	24
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA.....	25
4.2.1 IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ	25
4.2.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	25
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes	25
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital.....	25
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	25
4.2.2.4 Análise Crítica	25
4.2.3 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA	25
4.2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	25
4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários.....	25
4.2.4.1.1 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	25
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	26
4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	26
4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	27
4.2.4.2.3 Análise crítica.....	29

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	29
5.1 INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	29
5.1.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	29
5.1.2 ANÁLISE CRÍTICA	29
5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	29
5.2.1 ANÁLISE CRÍTICA	30
5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	30
5.3.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO	31
5.3.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	31
5.3.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE PERMANECERÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEGUINTE.....	31
5.3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE	31
5.3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE	31
5.3.6 ANÁLISE CRÍTICA	31
5.4 SUPRIMENTO DE FUNDO.....	32
5.4.1 DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	32
5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral	32
5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	32
5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	45
5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ	46
5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	46
5.4.1.6 Análise Crítica	47
5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ.....	48
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	48
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	48
6.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	48
6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	49
6.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	50
6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	50
6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	51
6.1.3 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	52
6.1.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	54
6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	54
6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	54
6.1.5 ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS	54
6.1.6 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS.....	54
6.1.7 INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO	54
6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	54
6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	54
6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	55
6.1.8 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	55
6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	55
6.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO.....	55
6.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	55
6.2.3 AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS.....	55
6.2.4 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA	55

6.2.5	INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO	56
6.2.6	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	56
7.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	56
7.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	56
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	58
7.2.1	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	58
7.2.2	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	59
7.2.3	DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	59
8.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	59
8.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	60
8.2	ANÁLISE CRÍTICA	61
9.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	62
9.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	62
9.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	64
10.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	65
10.1	DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	65
10.1.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	65
10.1.2	DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	65
10.1.3	RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	65
10.1.4	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	68
10.2	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	68
10.3	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	69
10.3.1	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	69
10.3.1.1	Análise Crítica.....	69
10.4	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	69
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	69
11.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	69
11.1.1	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	70
11.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	70
11.2.1	DECLARAÇÃO PLENA.....	70
11.2.2	DECLARAÇÃO COM RESSALVA.....	70
12.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	70
12.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	70

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BCA	-	Boletim do Comando da Aeronáutica
CEMCOHA	-	Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica
CNAE	-	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CÓD	-	Código
COMAER	-	Comando da Aeronáutica
COMARA	-	Comissão de Aeroportos da Região Amazônica
COMGAR	-	Comando-Geral de Operações Aéreas
COMGEP	-	Comando Geral do Pessoal
CPGF	-	Cartão de Pagamento do Governo Federal
DBR	-	Declaração de Bens e Rendas
DIRAP	-	Diretoria de Administração do Pessoal
DIRENG	-	Diretoria de Engenharia da Aeronáutica
EMAER	-	Estado-Maior da Aeronáutica
ICA	-	Instrução do Comando da Aeronáutica
IRPF	-	Imposto de Renda de Pessoa Física
GAV	-	Grupo de Aviação
LOA	-	Lei Orçamentária Anual
MCA	-	Manual do Comando da Aeronáutica
NSMA	-	Norma de Serviço do Ministério da Aeronáutica
OCI	-	Órgão de Controle Interno
PCN	-	Programa Calha Norte
PPA	-	Plano Plurianual
PPO	-	Plano Plurianual de Obras
PTUG	-	Programa de Trabalho da Unidade Gestora
RICA	-	Regimento Interno da COMARA
ROCA	-	Regulamento da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica
RP	-	Restos a Pagar
SEFA	-	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica
SIAFI	-	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	-	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV	-	Sistema de Convênios
SIGPES	-	Sistema de Gerenciamento de Pessoal
SIORG	-	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPPF	-	Servidor Público Permanente Federal
SPTF	-	Servidor Público Temporário Federal
TCU	-	Tribunal de Contas da União
TI	-	Tecnologia da Informação
TSD	-	Tratamento Superficial Duplo
UG	-	Unidade Gestora
UJ	-	Unidade Jurisdicionada
VIMCO	-	Visita de Inspeção Mensal da COMARA

LISTA DE QUADROS

Quadro I- Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	9
Quadro II- Missão, Visão e Metas Definidas da Organização.	17
Quadro III- Indicador de Desempenho da Organização quanto a Economia em Pregões.....	17
Quadro IV- Indicador de Desempenho da Organização quanto a Carga Transportada para Apoio aos Canteiros de Obras.....	18
Quadro V- Indicador de Desempenho da Organização quanto a Realização de Obras	18
Quadro VI- Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	21
Quadro VII- Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”).....	33
Quadro VIII- Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada.....	60
Quadro IX- Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	62
Quadro X- Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	65

LISTA DE TABELAS

Tabela I- Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação	26
Tabela II- Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	27
Tabela III- Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	30
Tabela IV- Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).....	32
Tabela V- Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	46
Tabela VI- Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	46
Tabela VII- Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	49
Tabela VIII- Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	49
Tabela IX- Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	50
Tabela X- Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.....	51
Tabela XI- Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	51
Tabela XII- Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	52
Tabela XIII- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	59
Tabela XIV- Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	59
Tabela XV- Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.	64
Tabela XVI- Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I- Demonstração dos Restos a Pagar Não Processados Pagos no Exercício de 2012	30
Gráfico II- Consumo Médio de Energia Elétrica	64

LISTA DE FIGURAS

Figura I- Organograma Funcional da COMARA.....	11
Figura II- Subordinação Processual da Unidade Jurisdicional.....	14
Figura III- Transbordo em São Gabriel da Cachoeira.....	15

ANEXO A

Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

INTRODUÇÃO

Este Relatório tem como objetivo apresentar os atos de gestão da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA) no exercício de 2012, de forma a propiciar a visão mais completa possível dessa gestão aos órgãos de *controle* (interno e externo) e à sociedade em geral.

A COMARA é uma Unidade Jurisdicionada (UJ) do Comando da Aeronáutica, subordinada ao Comando Geral de Operações Aéreas (COMGAR), conforme Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009. Criada pelo Decreto nº 40.551, de 12 de dezembro de 1956, tem por finalidade o projeto, a construção e o equipamento de aeroportos, de interesse do Comando da Aeronáutica na Região Amazônica. Poderá atuar, ainda, em outras regiões do País, realizando projetos, executando obras civis e equipando aeroportos para órgãos da Administração Federal, Estadual ou Municipal, mediante convênio, desde que sejam do interesse do Comando da Aeronáutica.

As ações da COMARA estão diretamente ligadas ao objetivo da Força Aérea em manter o pleno domínio do espaço aéreo com o intuito de defender o País. Dentro desse contexto, se faz necessária a adequação de aeroportos e aeródromos, visando à melhoria no suporte operacional de todo tipo de aviação. Aliado a este objetivo, o trabalho da COMARA tem se tornado imprescindível no apoio aos Pelotões de Fronteira do Exército e as comunidades isoladas levando assistência médico-hospitalar, alimentação e principalmente desenvolvimento.

Desenvolvendo um Programa de Trabalho altamente técnico, em consonância com o Plano Setorial do COMGAR e ainda de acordo com o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), a COMARA vem executando obras de engenharia nos mais longínquos rincões da Amazônia. A maior característica que diferencia a COMARA de qualquer empresa de engenharia, em todo o território nacional, é sua logística para construir em plena selva amazônica, vencendo o clima, as distâncias e as doenças tropicais.

O presente Relatório de Gestão foi elaborado de forma individual, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012, sendo apresentado em 12 capítulos, conforme detalhado a seguir.

No primeiro capítulo é apresentada a identificação e atributos da Unidade, competências institucionais, organograma funcional, macroprocessos conduzidos pela COMARA e seus principais parceiros que colaboram na execução de seus objetivos.

O segundo capítulo trata do planejamento estratégico, plano de metas e de ações, evidenciando sua estratégia de atuação, os objetivos alcançados e os percalços encontrados na execução dos trabalhos. O subitem 2.4 apresenta os indicadores de desempenhos desenvolvidos pela COMARA.

O terceiro capítulo apresenta a avaliação do sistema de controles internos da UJ, do sistema de correição e o cumprimento pela instância de correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU. A estrutura de governança evidenciada no subitem 3.1 do referido capítulo, não se aplica à natureza jurídica da UJ.

O quarto capítulo refere-se à programação e execução da despesa orçamentária e financeira. Como a COMARA não é responsável pelos programas do Plano Plurianual (PPA), pela programação financeira e pela movimentação de créditos interna e externa, foram excluídos deste relatório os quadros representativos dos subitens 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3, 4.1.4, 4.1.5 e 4.1.6, 4.2.1, 4.2.2, 4.2.2.1, 4.2.2.2, 4.2.2.3 e 4.2.3. No que se refere à execução orçamentária da despesa, aplica-se a COMARA somente as informações da execução dos créditos recebidos por movimentação, sendo apresentada sua execução por modalidade de licitação, bem como por grupo e elemento de despesa, divididos em despesas correntes e despesas de capital.

O quinto capítulo tem como objetivo apresentar a execução orçamentária e financeira, onde está demonstrada a situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores, bem como a análise crítica da gestão desses recursos. Estão evidenciadas também as despesas executadas por Suprimento de Fundos, relatando as razões pelas quais esta Unidade Gestora (UG) executou despesas de caráter

excepcional. As renúncias tributárias não se aplicam à natureza jurídica desta Unidade Jurisdicionada.

No sexto capítulo estão disponíveis as informações referentes à gestão dos Recursos Humanos, como a composição do quadro de servidores civis e militares e os custos de pessoal. As informações constantes do subitem 6.1.4 referentes aos servidores inativos e pensionistas, e ao item 6.2 sobre terceirização de mão de obra, não se aplicam a COMARA.

O capítulo sete trata da gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário desta UJ. Nele estão destacados a frota de veículos leves e pesados, média de quilômetros rodados, gastos com combustíveis e lubrificantes, e ainda, a discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ.

As informações relativas à Gestão da Tecnologia e a Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental, são apresentadas nos capítulos oito e nove respectivamente.

O capítulo dez evidencia a conformidade e tratamento de disposições legais e normativas, ressaltando as deliberações do Tribunal de Contas da União (TCU), as recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI), o cumprimento das obrigações relacionadas à entrega da Declaração de Bens e Rendas pelos detentores de cargos e funções da COMARA.

As informações contábeis descritas no capítulo onze não se aplicam a natureza jurídica desta Unidade Jurisdicionada.

Dessa forma, é importante destacar as principais realizações no exercício de 2012: a conclusão das obras de ampliação e reforço dos pavimentos da pista de pouso, pátio de aeronaves e construção de Nova Taxiway, com reforço dos pavimentos do Aeródromo de Palmeiras do Javari (AM); recuperação da pista de pouso do aeródromo de Surucucu (RR) e a Construção do Hangar, Hangaretes e Prédio do Simulador do 2º8º GAv da Base Aérea de Porto Velho (RO). Continuação das etapas das obras de ampliação e reforço dos pavimentos da pista de pouso do aeródromo de Estirão do Equador (AM); ampliação e reforço dos pavimentos da pista de pouso do aeródromo de Iauaretê (AM); ampliação e reforço com TSD da pista de pouso do aeródromo de Moura (AM), construção do aeródromo de Santa Rosa do Purus (AC); Reforma do Hangar e das instalações do aeródromo de Eirunepé (AM); Ampliação do Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica (CEMCOHA) em Salvador (BA) e início da Construção da Seção Contra Incêndio no aeródromo de São Gabriel da Cachoeira (AM).

Por fim, vale ressaltar, que a COMARA atingiu 89% de toda a execução das obras previstas para o ano, sendo esta sua essência e finalidade.

Os 12% não atingidos na gestão serão explicitados no corpo deste documento, porém, de forma geral, estão ligados à demora ocorrida na descentralização dos principais recursos orçamentários necessários à Unidade e, também às variações climáticas da Região Amazônica cuja bacia hidrográfica sofreu, em 2012, uma de suas maiores cheias de todos os tempos.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Quadro I- Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa / Comando da Aeronáutica			Código SIORG: 041066/000048
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			
Denominação Abreviada: COMARA			
Código SIORG: 001018		Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 120088
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00.394.429/0090-86
Principal Atividade: Defesa			Código CNAE: 8422-1 / 00
Telefones/Fax de contato:	(091) 3204-9200	(09) 3204-9220	(091) 3204-9351
Endereço Eletrônico: vp_comara@comara.aer.mil.br			
Página na Internet: www.comara.aer.mil.br			
Endereço Postal: Av. Pedro Álvares Cabral, 7115 – Bairro: Marambaia – CEP: 66.613-150 – Belém – PA.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 40.551, de 12 de dezembro de 1956 e Decreto nº 97.874, de 26 de junho de 1989.			
Outras normas infra-legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regulamento da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, aprovado pela Portaria nº 874/GC3, de 1º de agosto de 2005; Regimento Interno da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, aprovado pela Portaria COMGAR nº 114/A7, de 24 de julho de 2009, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) nº 154, de 19 de agosto de 2009.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
NSMA 85-7 – Administração de Obras e Serviços de Engenharia; PTUG – Programa de Trabalho da Unidade Gestora.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
—	—		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
120088		00001	

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A COMARA é uma organização do Comando da Aeronáutica (COMAER), com sede em Belém-PA, diretamente subordinada ao Comando Geral de Operações Aéreas – COMGAR, conforme Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009. Tem por finalidade o projeto, a construção e o equipamento de aeroportos, de interesse do Comando da Aeronáutica na Região Amazônica. Poderá atuar, ainda, em outras regiões do País, realizando projetos, executando obras civis e equipando aeroportos para órgãos da Administração Federal, Estadual ou Municipal, mediante convênio, desde que sejam do interesse do Comando da aeronáutica.

Compete a COMARA, de acordo com o Regulamento da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (ROCA) nº. 21-55, aprovado pela Portaria nº 873/GC3, de 1º de agosto de 2005:

I - elaborar e aprovar os projetos de engenharia necessários ao cumprimento de sua finalidade;

II - elaborar o Programa de Trabalho Anual, os convênios e os contratos para a realização de obras e serviços;

III - contratar pessoal sob a égide da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e pagar com recursos destinados a obras e serviços de engenharia, a convênios ou a contratos;

IV - elaborar as propostas orçamentárias, anual e plurianual;

V - ligar-se com órgãos centrais dos sistemas do COMAER nos assuntos de seu interesse; e

VI - ligar-se a entidades e órgãos externos ao COMAER nos assuntos de sua esfera de atuação.

Os objetivos estratégicos da COMARA estão previstos no Plano Estratégico Militar da Aeronáutica- PEMAER. Nele estão inseridas as pistas de desdobramentos de São Gabriel da Cachoeira-AM, Eirunepé-AM e Vilhena-RO; e as pistas de recolhimento de Humaitá, Barcelos, Borba, Itacoatiara, Maturacá, Iauaretê, Japurá, Tarauacá, Oiapoque, Tucuruí, Coari e Manicoré.

Em consonância com o Plano Setorial do COMGAR (PCA 11-54) aprovado para o período de 2012 a 2015, a COMARA elaborou seu Programa de Trabalho para o mesmo período, apresentando as principais diretrizes para a continuidade do cumprimento de sua missão, adequando-se aos Objetivos Setoriais definidos pelo COMGAR.

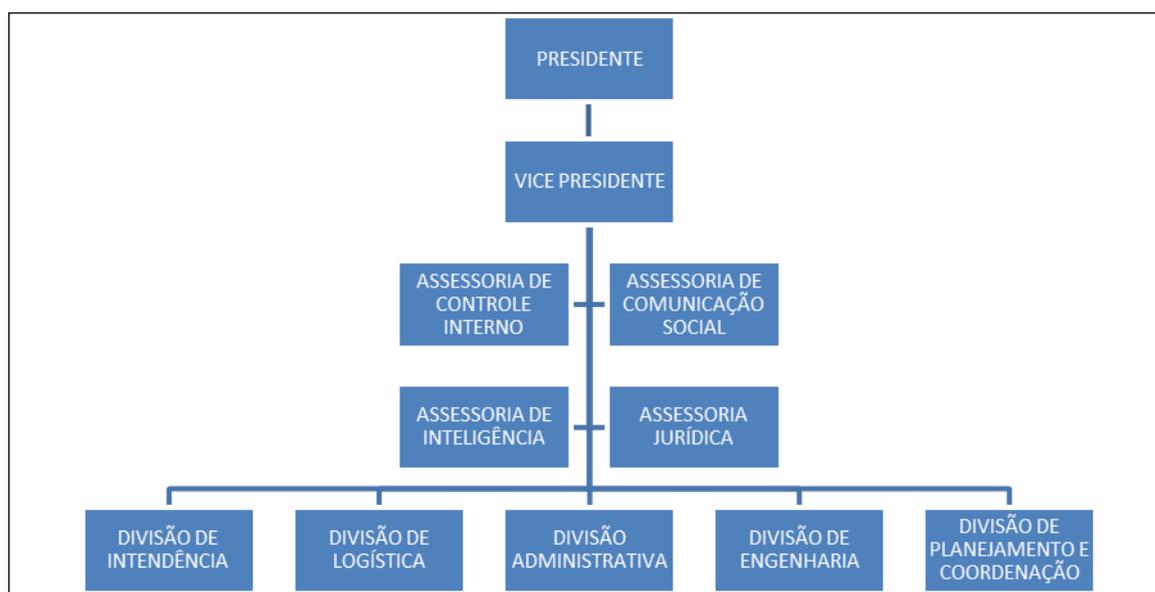
As metas propostas para 2012 foram a continuidade das etapas das obras de ampliação e reforço de pistas de pouso de Estirão do Equador (AM), Iauaretê (AM), Moura (AM), Palmeiras do Javari (AM), Santa Rosa do Purus (AC), Surucucu (RR), construção do hangar, hangaretes e simulador de voo do 2º/8º GAv na Base Aérea de Porto Velho (RO); construção do restaurante, quadra de tênis, piscina, entornos e subestação do Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica (CEMCOHA) em Salvador (BA); reforma do hangar e das instalações do aeródromo de Eirunepé (AM); reforma de edificações militares e a elaboração de projetos de engenharia, bem como os procedimentos inerentes aos processos licitatórios para início das obras da Seção de Contra Incêndio do Aeródromo de São Gabriel da Cachoeira (AM) e a reforma e ampliação da edificação do estaleiro e da rampa de acesso das embarcações do aquaviário da COMARA.

Grande parte desses aeródromos está localizada em regiões de fronteira, dentro do contexto de atuação da Força Aérea Brasileira respaldada na defesa e segurança do País e no apoio aos pelotões de fronteira do Exército Brasileiro. Dessa forma, a COMARA executa suas atividades enfrentando os desafios amazônicos de construir preservando a floresta, trabalhar em locais isolados, vencer as doenças tropicais e transportar equipamentos e insumos por via fluvial.

Para tanto, foi necessário desenvolver um planejamento logístico eficiente, considerando principalmente o período de chuvas de cada região, apoio aéreo disponível e a navegabilidade dos rios, para que a mão-de-obra, os insumos, as máquinas e os equipamentos estivessem prontos nos canteiros das obras nos meses secos, quando os trabalhos ganham um ritmo mais acelerado.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Figura I- Organograma Funcional da COMARA



Fonte: Regimento Interno da COMARA (RICA) nº. 21-209.

COMPETÊNCIA DOS SETORES:

À Presidência (PRES) compete a supervisão e a coordenação geral das atividades a cargo da COMARA.

À Vice-Presidência (VP) compete: gerenciar as atividades; cumprir as diretrizes e normas bem como executar os Planos e Programas oriundos dos Órgãos Superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do Comando da Aeronáutica; orientar a elaboração das propostas orçamentárias anuais, plurianuais e o Programa de Trabalho da COMARA, propondo a adoção das medidas julgadas necessárias ao seu aprimoramento; e exercer as funções de Agente Diretor e Ordenador de Despesas.

Além de assessorar o Vice-Presidente em assuntos afetos a sua área de atuação, compete as Assessorias e Divisões da COMARA:

Assessoria de Controle Interno (ACI): assessorar o Vice-Presidente nos aspectos pertinentes a formalidade, legalidade e correção contábil de todos os atos administrativos; exercer o acompanhamento e conferência dos documentos referentes a execução orçamentária, financeira e patrimonial da COMARA.

Assessoria de Comunicação Social (ACS) como elo executivo do CECOMSAER: desenvolver suas atividades em conformidade com o Plano de Comunicação Social, dentro das características específicas da COMARA; trabalhar a imagem da COMARA, e sua vinculação ao Comando da Aeronáutica, como importante fator da vida comunitária, mostrando sua participação valiosa na economia do país, como geradora de riqueza, de trabalho qualificado, e de satisfação individual e coletiva de considerável parcela da comunidade; cumprir e fazer cumprir, no âmbito de sua jurisdição, programas de instrução estabelecidos pelo CECOMSAER, que abordem o relacionamento da Instituição com a imprensa, em situações emergenciais; conscientizar os integrantes da COMARA do valor da sua contribuição, da expressão social de seus trabalhos e dos méritos auferidos pelo esforço dedicado à função exercida;

Assessoria de Inteligência (AIN): seguir as orientações normativas do Sistema de Inteligência da Aeronáutica; zelar pelas atividades de segurança e inteligência, propondo medidas de prevenção e obstrução a quaisquer tipos de ações que comprometam a missão da COMARA.

Assessoria Jurídica (AJUR): manter sob controle todos os processos jurídicos do Comando da Aeronáutica que transitarem na área de jurisdição da COMARA ou que responder militar a ela subordinado; instruir os processos de interesse da COMARA, como: regularização das Pedreiras e licenciamento ambiental de todas as obras da COMARA, bem como recuperação de áreas degradadas; examinar os atos administrativos que necessitam de parecer jurídico, principalmente, de termo de contrato, termos de convênios e os editais de licitações, opinando conclusivamente.

Divisão de Planejamento e de Coordenação (DPC): coordenar a mobilização e desmobilização das obras da COMARA; gerenciar as atividades de informática, telecomunicações e meteorologia da COMARA.

Divisão Administrativa (DA): planejar, executar e controlar o apoio administrativo necessário ao funcionamento da COMARA; cumprir as diretrizes e normas emanadas dos Órgãos Centrais dos Sistemas do Comando da Aeronáutica, afetos às atividades administrativas; executar as atividades relacionadas com a administração do pessoal militar e civil, de acordo com as leis e normas em vigor.

Divisão de Engenharia (DE): planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de engenharia desenvolvidas pela COMARA; supervisionar a prestação de serviço, recebimento de obras, certificados pelos chefes dos canteiros e fiscais de obras, nos termos dos contratos, convênios e/ ou aditivos; emitir o parecer técnico referente às propostas técnicas das licitações de obras e serviços de engenharia; participar, com as Unidades Celular de Engenharia, das manobras reais da Aeronáutica na Região Amazônica, com a finalidade de desenvolver as atividades de Engenharia de Campanha e, principalmente, os métodos de recuperação de pistas afetadas por bombardeio.

Divisão de Intendência (DI): cumprir as diretrizes e normas emanadas dos Órgãos Centrais dos Sistemas do Comando da Aeronáutica; exercer o controle e a fiscalização da gestão econômica, financeira e patrimonial da COMARA; acompanhar a execução do Plano de Ação, assim como a proposição das modificações que se fizerem necessárias; supervisionar os trabalhos relativos aos Cronogramas de Desembolso dos recursos financeiros da COMARA;

Divisão de Logística (DL): planejar, coordenar, controlar e executar o apoio logístico de manutenção, suprimento técnico e transporte necessários à realização das obras e serviços de engenharia executados pela COMARA; elaborar os planejamentos de mobilização para todas as obras da COMARA; planejar o Plano de Apoio à Amazônia (PAA); efetuar as programações mensais dos meios de transporte, terrestre, aéreo e fluvial da COMARA, em coordenação com os órgãos provedores dos meios necessários.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Em conformidade com sua missão, o macroprocesso desenvolvido pela COMARA é a construção, reforma, ampliação e equipagem de aeródromos, em consonância com as prioridades estabelecidas pelo Comando da Aeronáutica.

As metas para o ano são definidas pelo Comando Geral de Operações Aéreas (COMGAR) e inseridas no Programa de Trabalho (PT – COMARA) da Unidade, já citado.

O PT - COMARA é atualizado anualmente e nele são estabelecidos todos os parâmetros para execução das obras previstas no Plano Plurianual de Obras da Comissão. (PPO – COMARA), dentre eles: a priorização de projetos a serem elaborados e as etapas das obras a serem executadas no ano. Nele também estão inseridas as competências dos setores envolvidos no processo, principalmente no que se refere ao plano de mobilização e desmobilização de canteiros, disponibilidade de pessoal, máquinas e equipamentos.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Os macroprocessos de apoio essenciais para que a COMARA possa desenvolver com eficiência sua missão são:

- a) Elaboração e execução do Plano Plurianual de Obras da COMARA;
- b) Planejamento, controle e execução dos processos licitatórios necessários para a aquisição de materiais, equipamentos e serviços essenciais à execução das obras; e
- c) Planejamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos recursos humanos necessários para o cumprimento de sua missão.

O Programa de Trabalho e o cronograma administrativo desenvolvido para 2012 foram as ferramentas básicas utilizadas para o atingimento das metas definidas pelo COMGAR.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

As prioridades das metas a serem executadas pela COMARA são definidas pelo COMGAR, a quem está diretamente subordinada, tudo em consonância com o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica elaborado pelo Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER). Após aprovação do Plano Plurianual de Obras, os recursos são descentralizados pela Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica – SEFA.

A partir de 2012, a Secretaria de Aviação Civil (SAC) assumiu o controle dos créditos que são destinados à COMARA, nas Ações 20SF - Adequação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional e 12CD – Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional, porém, o acordo de cooperação entre a SAC e o Comando da Aeronáutica (COMAER) só foi assinado em junho de 2012.

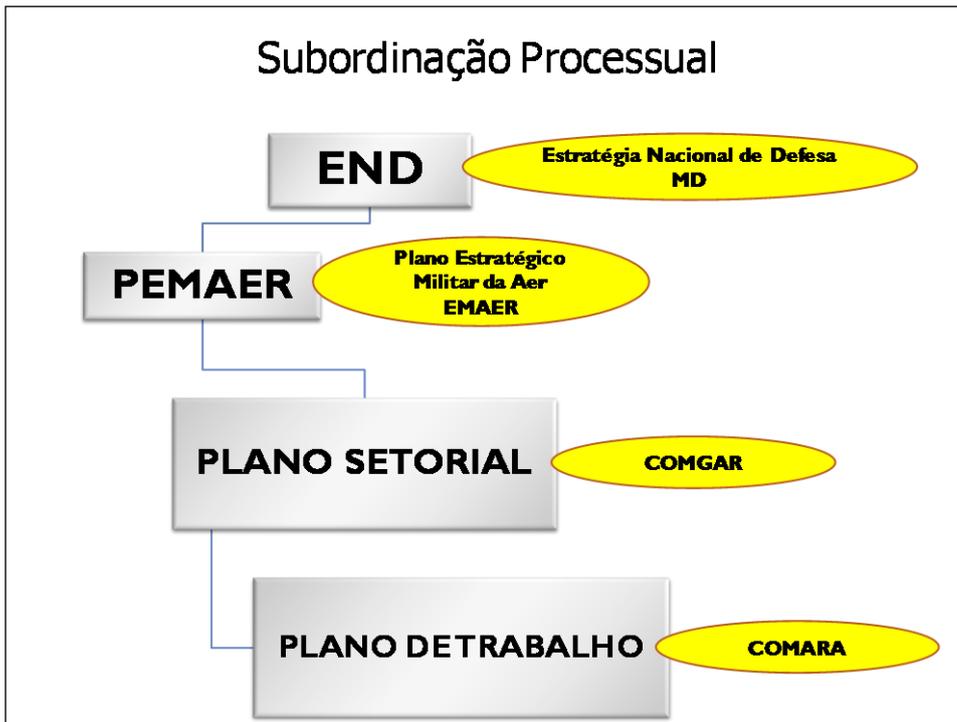
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

A soberania do espaço aéreo brasileiro é fundamental à manutenção da integridade do Território Nacional. A ativação de novas bases aéreas na Amazônia Ocidental tem suporte nas diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, que prevê, primordialmente, o aumento da presença e do poder dissuasório naquela região.

As ações da COMARA estão diretamente ligadas ao objetivo da Força Aérea em manter o pleno domínio do espaço aéreo com o intuito de defender o País. Para tanto, se faz necessário adequar a operacionalidade das pistas de pouso por toda a extensão do Território Nacional, e esta Comissão tem a missão de construir e equipar os aeródromos da Região Amazônica.

Figura II- Subordinação Processual da Unidade Jurisdicional



Fonte: Vice-Presidência da COMARA.

Os objetivos estratégicos da COMARA são definidos pelo EMAER. Estão previstos no PEMAER as pistas de desdobramentos de São Gabriel da Cachoeira (AM), Eirunepé (AM) e Vilhena (RO); e as pistas de recolhimento de Humaitá (AM), Barcelos (AM), Borba (AM), Itacoatiara (AM), Maturacá (AM), Iauaretê (AM), Japurá (AM), Tarauacá (AC), Oiapoque (PA), Tucuruí (PA), Coari (AM) e Manicoré (PA).

A nível operacional as metas atribuídas para a COMARA são definidas pelo COMGAR, através do Plano Setorial. Para 2012 foram planejadas a continuidade das obras de ampliação e reforço das pistas de pouso de Estirão do Equador (AM), Iauaretê (AM), Moura (AM), Palmeiras do Javari (AM), Santa Rosa do Purus (AC), Surucucu (RR), Construção do Hangar, Hangaretes e Simulador de Voo do 2º/8º GAv na Base Aérea de Porto Velho (RO); Construção do restaurante, quadra de tênis, piscina, entornos e subestação do Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica (CEMCOHA) em Salvador (BA); Construção do Hangar e das Instalações do Aeródromo de Eirunepé (AM). Em relação à Construção da Seção Contra Incêndio de São Gabriel da Cachoeira (AM), o processo licitatório foi concluído e foi iniciada a mobilização em dezembro/2012.

Com as metas definidas, a COMARA desenvolveu um Plano de Trabalho eficaz atribuindo competências aos diversos setores de apoio envolvidos no processo. As ações são balizadas considerando a instabilidade e as restrições da Região Amazônica como o acesso a localidades isoladas, a complexidade logística para o transporte de insumos, máquinas e equipamentos por via fluvial, as doenças tropicais e o volume intenso de chuvas peculiares à Região. Dentro desse contexto foi elaborado ainda o Plano de Plurianual de Obras alocando os recursos de acordo com o Plano Interno de cada obra e distribuídos por Natureza de Despesas.

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Considerando o ambiente instável e isolado em que está localizada a maioria das obras, a COMARA, muitas vezes, envida esforços acima da sua capacidade operacional para desenvolver

suas ações. Recursos humanos, insumos e equipamentos, precisam estar disponíveis nos canteiros de obras dentro do período planejado.

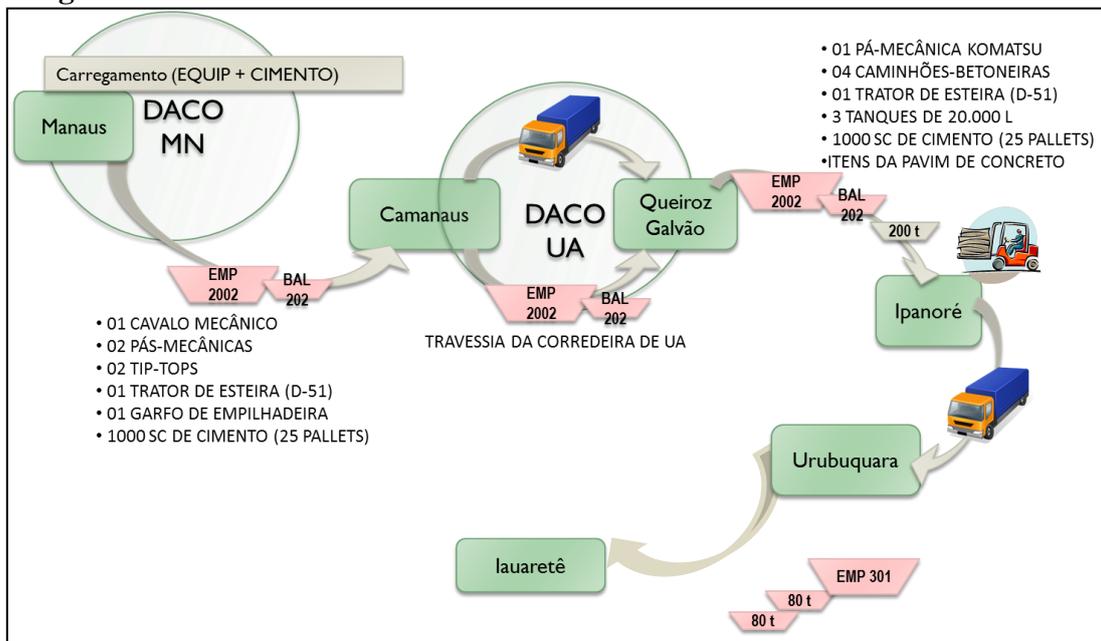
O período seco, sem chuvas, em que os canteiros de obras estão em plena atividade é de apenas 3 meses no ano, daí a importância de um planejamento de alto nível técnico. Para que a etapa da obra planejada seja executada com êxito, é necessário que os insumos tenham sido adquiridos, as máquinas e equipamentos estejam em pleno funcionamento, a mão-de-obra contratada e principalmente que a frota aquaviária esteja disponível dentro do período de navegabilidade dos rios.

Visando aprimorar os processos de aquisição e contratação de serviços para a maximização da aplicação dos recursos destinados, foi atribuída a cada Divisão (Intendência, Logística, Engenharia, Administrativa e Planejamento e Controle) a responsabilidade de planejar a elaboração dos Pedidos de Aquisição de Material / Serviço de acordo com as suas competências visando sempre suas aplicações aos processos finalísticos da COMARA.

A COMARA possui um calendário de licitações anual, perfeitamente adequado e oportuno às suas necessidades, priorizando a modalidade de “pregão eletrônico”, que corresponde a 99% dos processos licitatórios da unidade.

Cabe ressaltar ainda, o plano estratégico desenvolvido diante da complexidade logística para o transporte fluvial. Atualmente a COMARA dispõe de 02 portos fluviais: o Porto Fluvial Brucutu, sediado em Belém (PA), onde são construídas e reformadas as balsas e empurradores, e o Porto fluvial Piquiá, sediado em Manaus (AM), que serve de entreposto de despacho dos insumos e equipamentos para as diversas obras da COMARA. Um traslado, por exemplo, saindo do Porto Piquiá (AM) até Iauaretê (AM), dura em média 45 dias. Durante o percurso, em virtude das corredeiras dos rios, na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), é necessária a realização do transbordo por via terrestre. Esta demanda exige da COMARA a mobilização de balsas e empurradores, mão-de-obra, máquinas e equipamentos, aquisição de víveres, combustíveis e equipamentos de comunicação para monitorar todo o percurso.

Figura III- Transbordo em São Gabriel da Cachoeira



Fonte: Vice-Presidência da COMARA.

Para acompanhamento da execução das obras, semanalmente são enviados para a COMARA sede, um Boletim de Medição com os percentuais executados de cada serviço, fotos atualizadas,

além de informações quanto à disponibilidade de equipamentos, insumos de construção, combustível e rancho.

Mensalmente é realizada a Visita de Inspeção Mensal da COMARA (VIMCO) nos canteiros de obras, onde é elaborado um relatório de acompanhamento da execução físico-financeira, de modo a colaborar no processo de tomada de decisão dos gestores responsáveis.

Mesmo com todo esforço dispensado buscando o alcance de seus objetivos, a COMARA enfrentou algumas ameaças principalmente no contexto orçamentário e de pessoal.

Em conformidade com a finalidade institucional da COMARA em melhorar a operacionalidade das pistas de pouso em defesa dos interesses do País, 82% dos créditos recebidos foram na ação 20SF - Adequação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional. O atraso na descentralização dos recursos nesta ação contribuiu negativamente para o insucesso da realização de algumas metas planejadas para 2012.

É importante destacar ainda que o período chuvoso na Região Amazônica e a cheia de seus principais rios foi recorde este ano, diminuindo consideravelmente o volume de trabalho nos canteiros de obras.

2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

No ano de 2012 a COMARA executou obras por administração direta nos aeródromos de Estirão do Equador (AM), Iauaretê (AM), Moura (AM), Palmeiras do Javari (AM), Santa Rosa do Purus (AC) e Surucucu (RR) e por administração indireta a obra de Construção do Hangar, Hangaretas e Prédio do Simulador do 2º/8º GAv da Base Aérea de Porto Velho (RO), Construção do Hangar de Eirunepé-AM e a Construção do Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica em Salvador (BA) e a Construção da Seção Contra Incêndio de São Gabriel da Cachoeira (AM).

Destas, foram concluídas as obras de ampliação e reforço dos pavimentos da pista de pouso, pátio de aeronaves e construção de nova taxiway, com reforço dos pavimentos do Aeródromo de Palmeiras do Javari (AM), recuperação da pista de pouso de Surucucu (RR) e a Construção do Hangar, Hangaretas e Prédio do Simulador do 2º/8º GAv da Base Aérea de Porto Velho (RO).

A pista de pouso do aeródromo de Palmeiras do Javari-AM foi ampliada para 1250m X 30m, o pátio de aeronaves para 10.000m², proporcionando a operacionalidade das aeronaves C-130.

A Construção do Hangar, Hangaretas e Prédio do Simulador do 2º/8º GAv da Base Aérea de Porto Velho-RO, viabilizou a operação do helicóptero UH-60I Black Hawk.

A conclusão da obra de recuperação no aeródromo de Surucucu-RR (onde fica localizada a maior aldeia Ianomâmi do Brasil) também foi primordial para operações de aeronaves de grande porte, bem como o apoio ao Pelotão Especial de Fronteira do Exército naquela região. O transporte de insumos foi totalmente realizado pelas aeronaves do tipo C-105, em planejamento conjunto com a V Força Aérea e o VII Comando Aéreo Regional.

A obra de ampliação do Aeródromo de Moura-AM teve seu término prorrogado para 2014, em virtude da necessidade de retrabalhar a sub-base aplicada, pois o material encontrado em campo era bastante argiloso. Foi realizada uma reavaliação de todos os serviços executados, a fim de confirmar a viabilidade de aumento da capacidade de suporte da pista (PCN - Pavement Classification Number) para atender aeronaves de grande porte.

Apesar dos fatores que contribuíram de forma negativa para a consecução das metas propostas, a COMARA conseguiu executar 89% do valor previsto das obras, índice satisfatório, considerando os grandes desafios impostos pela Região Amazônica.

Para a realização dessas metas, destaca-se o provisionamento de insumos e materiais de construção, a disponibilidade de equipamentos e da frota aquaviária dentro do período de navegabilidade dos rios. Neste ano foram transportados por via fluvial 14.700 toneladas de insumos, máquinas e equipamentos para os canteiros de Iauaretê-AM, Palmeiras do Javari-AM e Estirão do

Equador-AM e Moura-AM. Destaca-se também a produção de 30.000 toneladas de brita nas pedreiras de Moura-AM e Monte Alegre-PA.

No que se refere às ações para o reequipamento do aquaviário, a COMARA dispõe de uma frota de 9 empurradores e 18 balsas. O planejamento inicial era a continuação da construção e reforma de 06 embarcações. Com um número reduzido de mão-de-obra, o Porto Fluvial Brucutu conseguiu executar os serviços em 04 embarcações: construção de 01 balsa 600 ton., 01 balsa 1.200 ton., 01 empurrador de 300 ton. e a reforma de 01 empurrador de 3.000 ton.

Como ações corretivas e preventivas de apoio ao homem nos canteiros de obras, a COMARA, através da Seção de Investigação e Prevenção de Acidente de Trabalho- SIPAT realizou visitas técnicas a fim de avaliar as condições ambientais de riscos, prejudiciais a saúde de trabalhador. Para progredir com o trabalho foi imprescindível a aquisição de alguns equipamentos de medições, para quantificar o agente químico, poeira, respirável e total, do local de trabalho. Ainda como ações preventivas foram ministradas palestras sobre segurança do trabalho, animais peçonhentos, e campanhas de prevenção de doenças como as hepatites, hipertensão arterial, tuberculose e DST.

2.4 INDICADORES

Quadro II- Missão, Visão e Metas Definidas da Organização.

Missão da Organização	Visão de Futuro Para a Organização	Metas Definidas no Plano Setorial
Projetar, construir e equipar aeroportos na Região Amazônica, atuando também em outras regiões do País, executando obras civis para órgãos da Administração Federal, Estadual ou Municipal, mediante convênio, desde que seja do interesse do Comando da Aeronáutica.	Uma Organização moderna no que se refere a equipamentos e recursos gerenciais, dotada de profissionais com capacitação adequada ao cumprimento da missão organizacional.	Realização das etapas planejadas para 2012 nas seguintes obras: construção do hangar e das instalações do aeródromo de Eirunepé (AM); ampliação do aeródromo de Estirão do Equador (AM); ampliação do aeródromo de Iauaretê (AM); pavimentação com Tratamento Superficial Duplo (TSD) do aeródromo de Moura (AM); ampliação do aeródromo de Palmeiras do Javari (AM); construção do hangar, anexos do hangar, abrigo do compressor, hangaretes de pista e prédio do simulador de voo do 2º/8º GAv, na Base Aérea de Porto Velho (RO); construção das novas instalações do CEMCOHA em Salvador (BA); construção do aeródromo de Santa Rosa do Purus (AC); ampliação do aeródromo de Surucucu (AM).

Quadro III- Indicador de Desempenho da Organização quanto a Economia em Pregões

Indicador de Economia em Pregões	
Objetivo da Mensuração	Quantificar o percentual de economia obtido nas licitações para aquisições/contratações de bens e serviços comuns utilizando a modalidade pregão.
Identificação das Variáveis	R – Preço de referência do bem ou serviço, em reais; H – Preço homologado do bem ou serviço, em reais.
Origem dos dados empregados na fórmula	Processos Administrativos de Gestão (PAG) referentes a licitações de bens e serviços comuns.
Fórmula do Indicador de	$(R - H) / R \times 100$

Desempenho	
Periodicidade e Responsável pela Medição	Periodicidade: Mensal Setor Responsável: Subdivisão de Licitações da COMARA
Meta para o ano	25%
Data e Valor da Última Medição	31/12/2012 21,29%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	O aperfeiçoamento dos procedimentos licitatórios associado à adoção sistemática do Sistema de Registro de Preços permitiu maior praticidade e economia nas aquisições e contratações realizadas por esta Unidade Jurisdicionada.

Quadro IV- Indicador de Desempenho da Organização quanto a Carga Transportada para Apoio aos Canteiros de Obras

Indicador de Carga Transportada para Apoio aos Canteiros de Obras	
Objetivo da Mensuração	Quantificar o percentual de carga transportada em relação à necessidade dos canteiros de obras.
Identificação das Variáveis	C - Medição total da carga transportada no ano, em toneladas; Carga Total Transportada: 55.457 Ton. Aérea: 38.995 Ton. Terrestre: 1.740 Ton. Fluvial: 14.722 Ton. D - Demanda de insumos, combustíveis e equipamentos dos canteiros de obras, em toneladas. Carga Total Demandada: 57.000 Ton.
Origem dos dados empregados na fórmula	Controles da Subdivisão de Transportes, Subdivisão de Suprimentos da Divisão de Logística da COMARA e Seção de Provisões da Divisão de Intendência.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$(C / D) \times 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Periodicidade: Mensal Setor Responsável: Divisão de Logística da COMARA
Meta para o ano	97,3%
Data e Valor da Última Medição	31/12/2012 97,3%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	A utilização coordenada e plena do período de navegabilidade fluvial, aliada à disponibilidade dos equipamentos, foi crucial para atender a demanda tempestiva de insumos, máquinas e equipamentos necessários aos canteiros de obras.

Quadro V- Indicador de Desempenho da Organização quanto a Realização de Obras

Indicador de Realização de Obras	
Objetivo da Mensuração	Quantificar o percentual de realização das obras em andamento de aeroporto/aeródromo de interesse nacional em relação ao planejado.
Identificação das Variáveis	MT - medição total das obras realizadas no ano; MP - medição prevista total (meta para o ano).

Origem dos dados empregados na fórmula	Mensuração dos serviços realizados (Boletins de Medições de Engenharia aprovadas pela Diretoria de Engenharia da Aeronáutica – DIRENG).
Fórmula do Indicador de Desempenho	$(MT / MP) \times 100$ $(R\$ 26.428.657,15 / R\$ 29.691.264,48) \times 100 = 89,02\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Periodicidade: Mensal Setor Responsável: Divisão de Engenharia da COMARA
Construção do Hangar e das Instalações do Aeródromo de Eirunepé (AM)	
Meta para o ano	R\$9.186.992,04
Data e Valor da Medição Acumulada	05/12/2012 – R\$ 5.685.179,21 61,88%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Obra executada por empresa terceirizada. Dificuldade na logística de transporte de insumos e escassez na mão-de-obra foram os óbices encontrados para o atingimento da meta. Obra foi iniciada em novembro de 2011, com previsão de término em 2014.
Ampliação do Aeródromo de Estirão do Equador (AM)	
Meta para o ano	R\$ 3.226.361,02
Data e Valor da Medição Acumulada	31/12/2012 – R\$ 2.083.207,22 64,57%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Obra iniciada em 2004, em plena atividade, com serviços de terraplenagem, pavimentação do pátio, ampliação da pista e drenagem. Em virtude do contingenciamento dos recursos, e do atípico índice pluviométrico no período, o serviço de pavimentação foi replanejado para 2013. Conclusão prevista para 2017.
Ampliação do Aeródromo de Iauaretê (AM)	
Meta para o ano	R\$ 5.348.468,98
Data e Valor da Medição Acumulada	31/12/2012 – R\$ 4.823.535,63 90,19%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Obra iniciada em 2004, em plena atividade, com serviços de terraplenagem, pavimentação do pátio, ampliação da pista e drenagem. Em virtude da dificuldade no transporte dos insumos, houve atraso no reinício da concretagem da ampliação da pista. Conclusão prevista para 2016.
Recuperação dos Pavimentos de Moura (AM)	
Meta para o ano	R\$ 1.965.019,61
Data e Valor da Medição Acumulada	31/12/2012 – R\$ 736.455,77 37,48%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Obra em andamento, com serviços de terraplenagem da pista, do táxi, do pátio e pavimentação em Tratamento Superficial Duplo (TSD). Meta não atingida devido a necessidade de retrabalhar a sub-base aplicada, pois o material encontrado em campo era bastante argiloso. Conclusão prevista para 2014.
Ampliação do Aeródromo de Palmeiras do Javari (AM)	
Meta para o ano	R\$809.711,97
Data e Valor da Medição	31/08/2012 – R\$ 1.854.105,69 228,98%

Acumulada	
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Obra Concluída em OUT/2012.
Construção do Hangar, Hangaretes e Prédio do Simulador do 2º/8º GAv da Base Aérea de Porto Velho (RO)	
Meta para o ano	R\$ 2.902.217,58
Data e Valor da Medição Acumulada	30/07/2012 – R\$ 3.420.844,06 117,87%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Obra Concluída em JUL/2012.
Construção do Restaurante, Quadra de Tênis, Piscina, Entornos e Subestação do Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica (CEMCOHA) em Salvador (BA)	
Meta para o ano	R\$ 3.504.619,93
Data e Valor da Medição Acumulada	03/12/2012 – R\$ 4.648.884,23 132,65%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Obra adiantada em relação ao cronograma físico-financeiro, executada por empresa terceirizada. Iniciada em abril de 2011 e com término previsto para junho de 2013.
Construção do Aeródromo de Santa Rosa do Purus (AC)	
Meta para o ano	R\$688.774,81
Data e Valor da Medição Acumulada	31/12/2012 – R\$ 314.900,76 45,72%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Canteiro está sendo mantido. Obra recebeu recursos em outubro/2012, quando foram provisionados os insumos, materiais de construção e contratação de serviços. Mobilização replanejada para 2013.
Ampliação do Aeródromo de Surucucu (RR)	
Meta para o ano	R\$ 1.779.525,79
Data e Valor da Medição Acumulada	31/12/2012 – R\$ 2.799.417,30 157,31%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Obra concluída em JAN/2013.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ.

3.2 AValiaÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro VI- Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise Crítica:</p> <p>O Vice-Presidente / Ordenador de Despesas tem plena consciência da relevância das atividades de controle interno como um meio para alcançar as metas da Unidade, incentivando o aprimoramento progressivo e constante de seus procedimentos. Além disso, apoia de forma significativa o setor por meio da disponibilização de equipamentos de informática modernos e contratação de pessoal, a fim de aumentar a produtividade e a eficácia das ações de controle.</p> <p>A implantação de um sistema informatizado para trâmite de documentos na forma eletrônica promoveu um incremento significativo na velocidade e efetividade de comunicação das informações relevantes na COMARA, contribuindo sobremaneira para que os objetivos sejam atingidos mais rapidamente.</p> <p>O setor de comunicação social recebe sugestões de funcionários de todos os níveis hierárquicos, as quais são analisadas e, se for o caso, levadas em consideração para revisão das normas e procedimentos adotados em todos os setores da Unidade.</p> <p>Os quesitos foram analisados e respondidos de forma consensual pelo Vice-Presidente e pelos Chefes das Divisões da COMARA.</p>					

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO

CORREIÇÃO PESSOAL CIVIL

O comando-Geral do Pessoal é a unidade responsável pelas atividades de Correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

CORREIÇÃO PESSOAL MILITAR

A correição do pessoal militar do Comando da Aeronáutica, ativa, reserva e reformado, encontra-se sistematizada por meio da Portaria nº 967/GC3, de 09 Outubro de 2009, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAer) - Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975. A base legal da correição do pessoal militar encontra-se fundada na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no art. 142, Capítulo II das Forças Armadas e no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Subsidiariamente correição militar complementa no que couber o Conselho de Justificação - Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972; na Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas - Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972; Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica - Decreto nº 7.099, de 4 de fevereiro de 2010; o Conselho de Disciplina – Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972; e no Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica - Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993.

A estrutura do sistema de correição segue as normas vigentes no COMAER. Quando das transgressões disciplinares, aplica-se o previsto na Portaria 967/GC3, de 09 de outubro de 2009, “Condução de Apuração de Transgressões Disciplinares”, através da Seção de Investigação e Justiça, utilizando os oficiais da OM, devidamente autorizados em Boletim Interno para conduzirem os processos, sempre aplicando os princípios da ampla defesa e do contraditório. Caso evidências de infringência de Leis surjam, outros procedimentos podem ser instaurados, como Sindicância, regulamentado pela ICA 111-2, de 02 de junho de 2006 ou IPM, se houver indícios de crime, IMA 111-1, de 14 de fevereiro de 1980.

3.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

O Comando-Geral do Pessoal é a unidade responsável pelas atividades de Correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

4.1.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

4.1.2 INFORMAÇÕES SOBRE OBJETIVOS VINCULADOS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

4.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE INICIATIVAS VINCULADAS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

4.1.4 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

4.1.5 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

4.1.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1 IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

4.2.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.2.4 Análise Crítica

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.3 *MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA*

A movimentação interna e externa de créditos no âmbito do Comando da Aeronáutica é de responsabilidade da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

4.2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

A Unidade Jurisdicionada não executou, no exercício de 2012, créditos originários.

4.2.4.1.1 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

A Unidade Jurisdicionada não executou, no exercício de 2012, créditos originários.

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Tabela I- Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Modalidade de Contratação	Valores em R\$ 1,00			
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	17.915.260,30	11.689.612,64	17.893.756,29	11.689.612,64
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	8.417.439,38	8.866.560,22	8.417.439,38	8.866.560,22
d) Pregão	9.497.820,92	2.823.052,42	9.476.316,91	2.823.052,42
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	957.261,73	963.407,17	957.261,73	963.407,17
g) Dispensa	683.683,16	493.767,47	683.683,16	493.767,47
h) Inexigibilidade	273.578,57	469.639,70	273.578,57	469.639,70
3. Regime de Execução Especial	350.000,00	92.000,00	350.000,00	92.000,00
i) Suprimento de Fundos	350.000,00	92.000,00	350.000,00	92.000,00
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	391.465,50	432.713,00	391.465,50	432.713,00
j) Pagamento em Folha	-	-	-	-
k) Diárias	391.465,50	432.713,00	391.465,50	432.713,00
5. Outros	8.763.263,61	7.446.722,57	8.763.263,61	7.446.722,57
6. Total (1+2+3+4+5)	28.377.251,14	20.624.455,38	28.355.747,13	20.624.455,38

Fonte: SIAFI GERENCIAL. Contas Contábeis: 292410102/ 292410405/ 29241040.

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Tabela II- Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
14	325.199,00	303.000,00	325.199,00	303.000,00	-	-	325.199,00	303.000,00
15	66.266,50	129.713,00	66.266,50	129.713,00	-	-	66.266,50	129.713,00
30	1.466.956,48	810.568,84	473.587,55	495.661,48	993.368,93	314.907,36	473.587,55	495.661,48
31	-	2.999,96	-	2.999,96	-	-	-	2.999,96
33	8.578,50	-	8.578,50	-	-	-	8.578,50	-
39	5.414.900,41	1.479.177,92	3.358.102,09	1.264.967,55	2.056.798,32	214.210,37	3.358.001,52	1.264.967,55
47	-	47.721,39	-	47.721,39	-	-	-	47.721,39
93	59.986,15	25.000,00	59.986,15	6.219,30	-	18.780,70	59.986,15	6.219,30

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
04	16.502.240,65	11.892.506,38	8.703.277,46	7.440.503,27	7.798.963,19	4.452.003,11	8.703.277,46	7.440.503,27
30	13.052.708,13	5.237.237,75	4.948.727,57	1.761.243,32	8.103.980,56	3.475.994,43	4.939.602,25	1.761.243,32
39	2.942.451,70	393.273,40	1.640.962,85	154.988,88	1.301.488,85	238.284,52	1.640.962,85	154.988,88
47	-	5.820,30	-	5.820,30	-	-	-	5.820,30
51	14.832.878,44	14.216.528,34	8.417.439,38	8.879.060,22	6.415.439,06	5.337.468,12	8.417.439,38	8.879.060,22
52	10.041.017,87	1.930.247,90	384.349,98	132.556,71	9.656.667,89	1.797.691,19	384.349,98	132.556,71
5 – Inversões Financeiras								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida								
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL. Contas Contábeis: 292410102/ 292410403/ 292410405.

4.2.4.2.3 Análise crítica

O Plano Plurianual de Obras foi elaborado de acordo com as metas definidas pelo COMGAR e com o Programa de Trabalho da COMARA. Com o Plano de Ação aprovado para o exercício de 2012, e visando sua melhor aplicação, os recursos foram solicitados conforme o cronograma de execução das obras, divididos por Plano Interno e Natureza de Despesas.

Em conformidade com a atividade fim da COMARA, 82% recursos foram descentralizados na ação 20SF – Adequação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional. A partir de 2012, a descentralização de créditos nesta ação, ficou a cargo da Secretaria de Aviação Civil (SAC), porém, o acordo de cooperação entre a SAC e o Comando da Aeronáutica (COMAER) só foi assinado em junho de 2012. A não tempestividade na liberação dos recursos nesta ação, como na ação 12CD – Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional - contribuiu de forma negativa no cronograma de execução das obras por administração direta, uma vez que não foi possível adquirir alguns insumos em tempo hábil, necessariamente transportados por via fluvial, perdendo o período seco e a navegabilidade dos rios. Os créditos descentralizados no final do exercício foram utilizados na aquisição de insumos, materiais de obras, equipamentos, pagamento de mão-de-obra, visando à execução das etapas replanejadas para 2013.

Ainda que a Unidade envide esforços para utilizar o pregão eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços, o atraso na descentralização dos recursos também contribuiu para o aumento da aquisição de material e contratação de serviços em caráter excepcional, por meio de Suprimento de Fundos.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não ocorreu no período

5.1.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não ocorreu no período

5.1.2 ANÁLISE CRÍTICA

Não ocorreu no período

5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Tabela III- Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	15.849.339,80	72.720,92	15.738.389,77	38.229,11
2010	35.033.262,31	467.912,59	34.560.698,52	4.651,20
2009	41.084.296,94	218.696,31	40.865.600,23	-

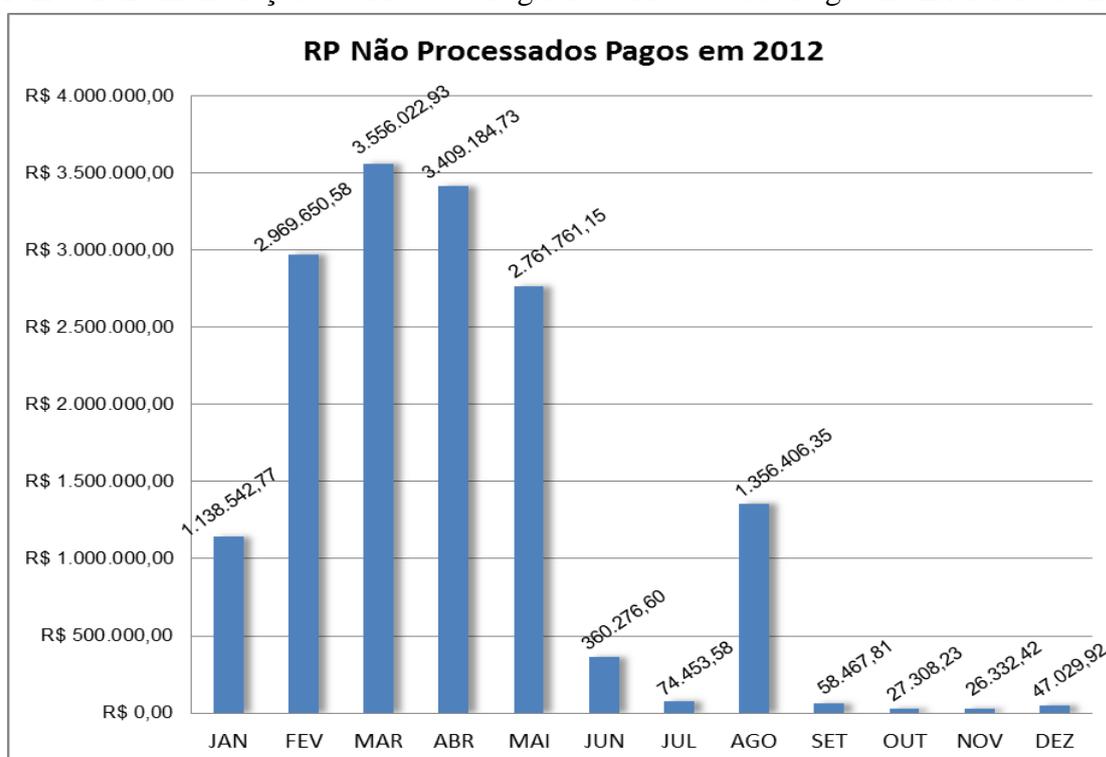
Fonte: SIAFI GERENCIAL. Contas Contábeis: 195110000/ 195140100/195140200/ 295110100/ 295110200/ 295110300/ 295110400.

5.2.1 ANÁLISE CRÍTICA

Considerando a atividade fim da COMARA que consiste na ampliação e reforma de aeródromos, as despesas relevantes que geraram impacto na inscrição dos restos a pagar, se referem a empenhos emitidos, para custear pagamento de pessoal, aquisição de materiais de construção e pagamento de obras terceirizadas. Tais despesas são liquidadas e pagas de acordo com o cronograma físico-financeiro de cada obra.

Embora a COMARA tenha envidado esforços para diminuir os cancelamentos de Restos a Pagar, bem como realizar todos os pagamentos, a UJ ainda apresentou valores que passaram sem liquidação, o que equivale a menos de 1% dos montantes inscritos em 2010 e 2011.

O gráfico abaixo demonstra o pagamento dos restos a pagar não processados principalmente no primeiro semestre de 2012, quando é iniciado o planejamento logístico para execução das etapas das obras.

Gráfico I- Demonstração dos Restos a Pagar Não Processados Pagos no Exercício de 2012

Fonte: SIAFI. Conta Contábil: 295110300.

5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

5.3.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

Não ocorreu no período.

5.3.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Não ocorreu no período.

5.3.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE PERMANECERÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEGUINTE

Não ocorreu no período.

5.3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE

Não ocorreu no período.

5.3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE

Não ocorreu no período.

5.3.6 ANÁLISE CRÍTICA

Não ocorreu no período.

5.4 SUPRIMENTO DE FUNDO

5.4.1 DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Tabela IV- Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo “B”	CPGF		
			Saque	Fatura	
120088	COMARA	350.000,00	—	—	350.000,00
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	350.000,00	—	—	350.000,00

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Quadro VII- Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

Código da UG	120088			Nome da UG		COMARA		
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Ronaldo Pereira de Mello	612.446.276-15	2012NE800106	29/03/2012	449030	Atender despesas eventuais e emergenciais relacionadas à manutenção da disponibilidade dos equipamentos, viaturas e instalações de apoio dos canteiros de obras da COMARA situados na região do Calha Norte. Tais despesas não podem ser realizadas por meio de processo ordinário de aquisição, pois demandam pronto pagamento, em espécie, de materiais que, excepcionalmente, devem ser adquiridos com premência, para viabilizar a continuidade dos serviços e a manutenção da frota sempre disponível para o transporte de insumos. Concedido com amparo no art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; § 3º, art. 74 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; alínea G, inciso III, art. 2º da Portaria Normativa nº 1.403 do Ministério da Defesa, de 26 de outubro de 2007; item nº 8.4.1.2 do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica – MCA 172-3 (digital) e Despacho Decisório do Comandante da Aeronáutica nº R-5/GC6/3723, de 10 de fevereiro de 2012.	15.000,00	Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.004620/2012-64

Código da UG	120088			Nome da UG		COMARA		
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Ronaldo Pereira de Mello	612.446.276-15	2012NE800107	29/03/2012	449030	Prover aos canteiros de obras da COMARA, um cardápio rico, variado e nutritivo, tendo em vista permitir o sustento do homem na frente de trabalho em localidades no interior da Amazônia. Os itens de hortaliças, frutas e legumes não suportam o tempo de transporte aos canteiros, para fins de manutenção do estoque necessário ao atendimento das exigências mínimas de nutrição e variedade alimentar. Portanto, esses alimentos devem ser adquiridos no comércio local das vilas e povoados existentes nas proximidades dos canteiros de obras. Cabe ressaltar também a necessidade de aquisição das botijas de gás de cozinha, as quais, não podem ser transportadas por meio aéreo e, portanto, a única viabilidade econômica é adquiri-las no revendedor local, que realiza o regular transporte fluvial para abastecer os povoados e populações ribeirinhas. Concedido com amparo no art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; § 3º, art. 74 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; alínea G, inciso III, art. 2º da Portaria Normativa nº 1.403 do Ministério da Defesa, de 26 de outubro de 2007; item nº 8.4.1.2 do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica – MCA 172-3 (digital) e Despacho Decisório do Comandante da Aeronáutica nº R-5/GC6/3723, de 10 de fevereiro de 2012.	20.000,00	Aquisição de gêneros alimentícios em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.004619/2012-30

Código da UG	120088			Nome da UG		COMARA		
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Anderson Siqueira Pinto	692.932.602-04	2012NE800344	18/06/2012	449030	<p>Atender despesas eventuais e emergenciais para suprir as necessidades de materiais diversos (construção, elétrico e para manutenção de equipamentos) no canteiro de obras de Moura – AM. Tais despesas não podem ser realizadas por meio de processo ordinário de aquisição, pois demandam pronto pagamento, em espécie, de materiais que, excepcionalmente, devem ser adquiridos com premência, para viabilizar a continuidade dos serviços. Concedido com amparo no art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; § 3º, art. 74 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; alínea G, inciso III, art. 2º da Portaria Normativa nº 1.403 do Ministério da Defesa, de 26 de outubro de 2007; item nº 8.4.1.2 do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica – MCA 172-3 (digital) e Despacho Decisório do Comandante da Aeronáutica nº R-5/GC6/3723, de 10 de fevereiro de 2012.</p>	30.000,00	<p>Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.</p>	67202.008921/2012-67

Código da UG		120088			Nome da UG		COMARA	
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Fábio Sawada Cutrim	908.897.112-91	2012NE800345	18/06/2012	449030	<p>Atender despesas eventuais e emergenciais referentes à aquisição de materiais para construção, manutenção e reforma das embarcações da COMARA. Tais despesas não podem ser realizadas por meio de processo ordinário de aquisição, pois demandam pronto pagamento, em espécie, de materiais que, excepcionalmente, devem ser adquiridos com premência, para manter a frota de balsas e empurradores sempre disponível e modernizada para o transporte dos insumos aos canteiros de obras. Concedido com amparo no art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; § 3º, art. 74 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; alínea G, inciso III, art. 2º da Portaria Normativa nº 1.403 do Ministério da Defesa, de 26 de outubro de 2007; item nº 8.4.1.2 do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica – MCA 172-3 (digital) e Despacho Decisório do Comandante da Aeronáutica nº R-5/GC6/3723, de 10 de fevereiro de 2012.</p>	15.000,00	<p>Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.</p>	67202.009071/2012-14

Código da UG	120088			Nome da UG		COMARA		
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Ricardo Miranda Cordovil	632.824.962-49	2012NE800346	18/06/2012	449030	Atender despesas eventuais e emergenciais para suprir as necessidades de materiais diversos (construção, elétrico e para manutenção de equipamentos) no canteiro de obras de Estirão do Equador – AM. Tais despesas não podem ser realizadas por meio de processo ordinário de aquisição, pois demandam pronto pagamento, em espécie, de materiais que, excepcionalmente, devem ser adquiridos com premência, para viabilizar a continuidade dos serviços. Concedido com amparo no art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; § 3º, art. 74 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; alínea G, inciso III, art. 2º da Portaria Normativa nº 1.403 do Ministério da Defesa, de 26 de outubro de 2007; item nº 8.4.1.2 do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica – MCA 172-3 (digital) e Despacho Decisório do Comandante da Aeronáutica nº R-5/GC6/3723, de 10 de fevereiro de 2012.	30.000,00	Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.008920/2012-12

Código da UG	120088			Nome da UG		COMARA		
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Alberto Fernando Ferrugem	740.864.648-53	2012NE800347	18/06/2012	449030	<p>Atender despesas eventuais e emergenciais referentes à aquisição de materiais para construção, manutenção e reforma das embarcações da COMARA. Tais despesas não podem ser realizadas por meio de processo ordinário de aquisição, pois demandam pronto pagamento, em espécie, de materiais que, excepcionalmente, devem ser adquiridos com premência, para manter a frota de balsas e empurradores sempre disponível e modernizada para o transporte dos insumos aos canteiros de obras. Concedido com amparo no art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; § 3º, art. 74 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; alínea G, inciso III, art. 2º da Portaria Normativa nº 1.403 do Ministério da Defesa, de 26 de outubro de 2007; item nº 8.4.1.2 do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica – MCA 172-3 (digital) e Despacho Decisório do Comandante da Aeronáutica nº R-5/GC6/3723, de 10 de fevereiro de 2012.</p>	25.000,00	<p>Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.</p>	67202.009052/2012-98

Código da UG	120088			Nome da UG		COMARA		
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Helles Emanuel Dantas Xavier	785.101.712-20	2012NE800348	18/06/2012	449030	Atender despesas eventuais e emergenciais com a aquisição de peças e materiais diversos para manutenção da disponibilidade do canteiro, das viaturas e dos equipamentos de pequeno, médio e grande portes necessários à obra de ampliação do aeródromo de Iauaretê – AM. Tais despesas não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação, pois demandam pronto pagamento, em espécie, de materiais que, excepcionalmente, devem ser adquiridos com premência, para viabilizar a continuidade dos serviços. Concedido com amparo no art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; § 3º, art. 74 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; alínea G, inciso III, art. 2º da Portaria Normativa nº 1.403 do Ministério da Defesa, de 26 de outubro de 2007; item nº 8.4.1.2 do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica – MCA 172-3 (digital) e Despacho Decisório do Comandante da Aeronáutica nº R-5/GC6/3723, de 10 de fevereiro de 2012.	20.000,00	Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.008950/2012-29

Código da UG	120088			Nome da UG		COMARA		
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Elesbão do Nascimento Junior	932.577.247-72	2012NE800349	19/06/2012	449039	Manter a disponibilidade e operacionalidade das máquinas, equipamentos, embarcações e viaturas utilizados em atendimento à obra de ampliação do aeródromo de Iauaretê – AM, tendo em vista não existir empresas prestadoras de serviços habilitadas na localidade, além de ser impraticável e antieconômico o transporte de equipamentos, máquinas, peças e acessórios para a cidade de Manaus (centro urbano mais próximo com estrutura industrial para execução dos serviços de manutenção necessários). Tais despesas não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação, pois demandam pronto pagamento, em espécie, de serviços que, excepcionalmente, devem ser executados com premência, para evitar a indisponibilidade dos equipamentos, o que poderia causar atraso na execução da obra e prejuízo à União. Concedido com amparo no art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; § 3º, art. 74 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; alínea G, inciso III, art. 2º da Portaria Normativa nº 1.403 do Ministério da Defesa, de 26 de outubro de 2007; item nº 8.4.1.2 do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica – MCA 172-3 (digital) e Despacho Decisório do Comandante da Aeronáutica nº R-5/GC6/3723, de 10 de fevereiro de 2012.	15.000,00	Contratação de serviços em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades no canteiro de obras, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.009733/2012-56

Código da UG	120088			Nome da UG		COMARA		
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Ronaldo Pereira de Mello	612.446.276-15	2012NE800458	27/07/2012	449030	Prover ao canteiro de obra em Palmeiras do Javari – AM, um cardápio rico, variado e nutritivo, tendo em vista permitir o sustento do homem na frente de trabalho localizada no interior da Amazônia. Os itens de hortaliças, frutas e legumes não suportam o tempo de transporte ao canteiro, para fins de manutenção do estoque necessário ao atendimento das exigências mínimas de nutrição e variedade alimentar. Portanto, esses alimentos devem ser adquiridos no comércio local das vilas e povoados existentes nas proximidades. Cabe ressaltar também a necessidade de aquisição das botijas de gás de cozinha, as quais, não podem ser transportadas por meio aéreo e, portanto, a única viabilidade econômica é adquiri-las no revendedor local, que realiza o regular transporte fluvial para abastecer os povoados e populações ribeirinhas. Concedido com amparo no art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; § 3º, art. 74 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; alínea G, inciso III, art. 2º da Portaria Normativa nº 1.403 do Ministério da Defesa, de 26 de outubro de 2007; item nº 8.4.1.2 do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica – MCA 172-3 (digital) e Despacho Decisório do Comandante da Aeronáutica nº R-5/GC6/3723, de 10 de fevereiro de 2012.	30.000,00	Aquisição de gêneros alimentícios em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.011895/2012-54

Código da UG	120088			Nome da UG		COMARA		
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Roosevelt Casanova de Oliveira Soeiro	467.113.762-34	2012NE800558	04/09/2012	339030	Atender despesas eventuais e emergenciais referentes à aquisição de materiais para construção, manutenção e reforma das embarcações da COMARA. Tais despesas não podem ser realizadas por meio de processo ordinário de aquisição, pois demandam pronto pagamento, em espécie, de materiais que, excepcionalmente, devem ser adquiridos com premência, para manter a frota de balsas e empurradores sempre disponível e modernizada para o transporte dos insumos aos canteiros de obras. Concedido com amparo no art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; § 3º, art. 74 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; alínea G, inciso III, art. 2º da Portaria Normativa nº 1.403 do Ministério da Defesa, de 26 de outubro de 2007; item nº 8.4.1.2 do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica – MCA 172-3 (digital) e Despacho Decisório do Comandante da Aeronáutica nº R-5/GC6/3723, de 10 de fevereiro de 2012.	30.000,00	Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.013151/2012-74

Código da UG	120088			Nome da UG		COMARA		
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Alberto Fernando Ferrugem	740.864.648-53	2012NE800611	20/09/2012	449030	<p>Atender despesas eventuais e emergenciais referentes à aquisição de materiais para construção, manutenção e reforma das embarcações da COMARA. Tais despesas não podem ser realizadas por meio de processo ordinário de aquisição, pois demandam pronto pagamento, em espécie, de materiais que, excepcionalmente, devem ser adquiridos com premência, para manter a frota de balsas e empurradores sempre disponível e modernizada para o transporte dos insumos aos canteiros de obras. Concedido com amparo no art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; § 3º, art. 74 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; alínea G, inciso III, art. 2º da Portaria Normativa nº 1.403 do Ministério da Defesa, de 26 de outubro de 2007; item nº 8.4.1.2 do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica – MCA 172-3 (digital) e Despacho Decisório do Comandante da Aeronáutica nº R-5/GC6/3723, de 10 de fevereiro de 2012.</p>	30.000,00	<p>Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.</p>	67202.013050/2012-01

Código da UG	120088			Nome da UG		COMARA		
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Ronaldo Pereira de Mello	612.446.276-15	2012NE800612	20/09/2012	449030	Prover ao canteiro de obra em Estirão do Equador – AM, um cardápio rico, variado e nutritivo, tendo em vista permitir o sustento do homem na frente de trabalho localizada no interior da Amazônia. Os itens de hortaliças, frutas e legumes não suportam o tempo de transporte ao canteiro, para fins de manutenção do estoque necessário ao atendimento das exigências mínimas de nutrição e variedade alimentar. Portanto, esses alimentos devem ser adquiridos no comércio local das vilas e povoados existentes nas proximidades. Cabe ressaltar também a necessidade de aquisição das botijas de gás de cozinha, as quais, não podem ser transportadas por meio aéreo e, portanto, a única viabilidade econômica é adquiri-las no revendedor local, que realiza o regular transporte fluvial para abastecer os povoados e populações ribeirinhas. Concedido com amparo no art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; § 3º, art. 74 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; alínea G, inciso III, art. 2º da Portaria Normativa nº 1.403 do Ministério da Defesa, de 26 de outubro de 2007; item nº 8.4.1.2 do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica – MCA 172-3 (digital) e Despacho Decisório do Comandante da Aeronáutica nº R-5/GC6/3723, de 10 de fevereiro de 2012.	60.000,00	Aquisição de gêneros alimentícios em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.015211/2012-93

Código da UG	120088			Nome da UG		COMARA		
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Marcos Vinicius Milfont de Aguiar	027.631.554-56	2012NE800613	20/09/2012	449030	Atender despesas eventuais e emergenciais para suprir as necessidades de materiais diversos (construção, elétrico e para manutenção de equipamentos) no canteiro de obras de Iauaretê – AM. Tais despesas não podem ser realizadas por meio de processo ordinário de aquisição, pois demandam pronto pagamento, em espécie, de materiais que, excepcionalmente, devem ser adquiridos com premência, para viabilizar a continuidade dos serviços. Concedido com amparo no art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; § 3º, art. 74 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; alínea G, inciso III, art. 2º da Portaria Normativa nº 1.403 do Ministério da Defesa, de 26 de outubro de 2007; item nº 8.4.1.2 do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica – MCA 172-3 (digital) e Despacho Decisório do Comandante da Aeronáutica nº R-5/GC6/3723, de 10 de fevereiro de 2012.	30.000,00	Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.015308/2012-04
Total Utilizado pela UG						350.000,00		

Fonte: Assessoria de Controle Interno

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Não ocorreu no período

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Tabela V- Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	13	350.000,00	—	—	—	—	350.000,00
2011	06	92.000,00	—	—	—	—	92.000,00
2010	21	254.000,00	—	—	—	—	254.000,00

Fonte: Assessoria de Controle Interno

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Tabela VI- Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PC Aguardando Análise	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PC em Análise	04	150.000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PC não Aprovadas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PC Aprovadas	09	200.000,00	06	92.000,00	21	254.000,00	—	—	—	—	—	—

Fonte: Assessoria de Controle Interno

5.4.1.6 Análise Crítica

A Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA) tem por missão projetar, construir e equipar os aeroportos de interesse do Comando da Aeronáutica (COMAER) na Região Amazônica, participando ativamente do desenvolvimento, da segurança da faixa de fronteira, da manutenção da soberania do espaço aéreo e da integração da Amazônia. A sua atuação, dentro da dimensão estratégica da região, destaca-se como um dos órgãos capazes de contribuir para o fortalecimento do poder aeroespacial e garantir a preservação do Território Nacional e sua soberania.

Para o cumprimento de sua missão, a COMARA necessita, eventualmente, adquirir materiais e contratar serviços de terceiros na própria localidade de instalação dos canteiros de obras.

Os suprimentos de fundos, nesta Unidade, têm por objetivo atender, basicamente, ao pagamento de despesas com a aquisição de itens, peças e serviços necessários à manutenção corretiva dos equipamentos, das dependências e instalações dos canteiros de obras, viabilizando o desenvolvimento das suas atividades operacionais.

A continuidade das obras depende de vários fatores que condicionam o seu ritmo, como os compromissos de metas firmadas, o aproveitamento do período navegável dos rios, condições meteorológicas e, sobretudo, a manutenção da operacionalidade dos canteiros, que necessitam dispor de recursos financeiros em espécie para atender às necessidades diárias e eventuais, tais como a paralisação de máquinas e equipamentos por falta de pequenas peças de reposição, que preferencialmente devem ser adquiridas no menor espaço de tempo, de modo a manter as condições de disponibilidade e funcionais em níveis satisfatórios de operação, aproveitando as condições climáticas favoráveis.

Vale ressaltar que, para manter os canteiros em condições ideais de operacionalidade, esta Comissão desenvolve diversas atividades logísticas, com o fito de proporcionar o apoio necessário à realização das obras e serviços de engenharia, objetivo básico da Unidade. Para tanto, desenvolve o transporte de insumos por intermédio do sistema de transporte fluvial e terrestre, utilizando-se de sua frota de rebocadores, balsas e carretas por toda a região, com viagens que demandam diversos dias em certos trechos, havendo necessidade de disponibilização de recursos financeiros para solucionar problemas de recuperação e manutenção desses equipamentos em locais remotos, distantes da sede administrativa ou canteiros de obras, disponibilizando-os no menor espaço de tempo e evitando, assim, atraso na execução das obras e prejuízos à União.

A COMARA vem otimizando e aperfeiçoando as técnicas de planejamentos logísticos e operacionais, no intuito de minimizar os impactos decorrentes de eventos de difícil previsibilidade, que podem afetar os canteiros, provocar paralisações em suas atividades e, conseqüentemente, atrasos nos cronogramas de execução das obras.

Além disso, a Unidade Administrativa vem envidando esforços para maximizar as aquisições por meio de certames licitatórios, porém, permanece a peculiaridade pela demanda de bens e serviços que exigem pronto pagamento em espécie, constituindo despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Convém informar que esta UJ somente recorre ao procedimento de suprimento de fundos para aquisição de materiais e contratação de serviços que, pela necessidade e urgência, não podem ser submetidos ao processo normal de licitação, sob pena de causar prejuízos irreversíveis à Organização, devido à perda do melhor período de execução das obras – a “estiagem” amazônica – cuja duração média é de três meses por ano, em períodos alternados entre a Amazônia Ocidental e a Oriental.

As obras, em sua maioria, estão localizadas em plena selva amazônica, onde a rede bancária e a quantidade de estabelecimentos credenciados para a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) é precária ou inexistente, o que inviabiliza os pagamentos por este sistema, evidenciando a alternativa prática e, comprovadamente, mais adequada de concessão de

suprimento de fundos mediante a utilização de conta corrente bancária tipo “B” para eventuais aquisições, em espécie, na própria localidade dos canteiros.

Os treze suprimentos de fundos autorizados no exercício, perfazendo o total de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), foram concedidos, estritamente, para aquisição de materiais e contratação de serviços que, pela necessidade e urgência, não podiam ser submetidos ao processo normal de licitação, sob pena de causar prejuízos irreversíveis à Organização.

A aplicação desses recursos foi decisiva para manter as máquinas, equipamentos, viaturas, embarcações e instalações dos canteiros de obra em ótimas condições de operação, garantindo o aproveitamento do melhor período para execução das obras – a “estiagem” amazônica – cuja duração média é de três meses por ano, em períodos alternados entre a Amazônia Ocidental e a Oriental.

O setor de controle interno da COMARA acompanha todas as fases das concessões de suprimento de fundos, a fim de verificar a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a eficiência e a eficácia dos atos de gestão dos responsáveis pela utilização dos recursos. Para isso, são elaborados, mensalmente, formulários de controle que evidenciam a situação de todos os processos de suprimento de fundos concedidos no exercício, os quais são submetidos ao exame do Ordenador de Despesas da Unidade.

Por ocasião do término da aplicação dos recursos, todos os documentos comprobatórios das despesas efetuadas são consolidados pelo detentor em um balancete de prestação de contas, o qual é apresentado no setor de controle interno em até quinze dias subsequentes à data da última despesa, ou ao término do período de aplicação, o que ocorrer primeiro.

Após minuciosa análise da conformidade da Prestação de Contas à luz da legislação em vigor, o balancete, se considerado aprovado, é submetido à homologação do Ordenador de Despesas e encaminhado ao Primeiro Serviço Regional de Economia e Finanças (SEREF-1) para nova verificação. Caso seja observada não conformidade na Prestação de Contas, o Ordenador de Despesas restitui o processo ao detentor para a regularização, estabelecendo o prazo de até quinze dias para a nova entrada da Prestação de Contas na Unidade.

Cabe destacar que todos os documentos referentes a cada concessão de suprimento de fundos são organizados em processos, devidamente autuados, indexados e tendo as folhas numeradas, de modo a atender prontamente às necessidades do serviço e a facilitar os exames por parte dos órgãos de controle interno e externo, permanecendo arquivados no setor de controle interno da COMARA.

5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Tabela VII- Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	491	491	58	32
1.1. Militares (1.1.1+1.1.2)	297	297	29	20
1.1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	280	280	17	19
1.1.2. Reconvocados	17	17	12	01
1.2. Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	194	194	29	12
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	194	194	29	12
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	---	---	---	---
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	---	---	---	---
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	---	---	---	---
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1 + 2.2)	582	569	268	218
2.1 Militares (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3)	42	29	5	3
2.1.1 Serviço Militar Obrigatório	---	---	---	---
2.1.2 Quadro Complementar de Oficiais Temporários	19	19	02	03
2.1.3 Tarefa por Tempo Certo	23	10	3	---
2.2 Civis	540	540	263	215
3. Total de Servidores (1+2)	1073	1060	326	250

Fonte: Divisão Administrativa

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Tabela VIII- Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1)	---
1.1 Civis	---
1.1.1. Exercício de Cargo em Comissão	---
1.1.2. Exercício de Função de Confiança	---
1.1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	---
2. Afastamentos (2.1+2.2)	---
2.1 Militares	---
2.1.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	---
2.1.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	---
2.1.3. Para Serviço em Organismo Internacional	---
2.1.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	---
2.2 Civis	---
2.2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	---
2.2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	---
2.2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	---
2.2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	---
3. Removidos (3.1)	01
3.1 Civis	01
3.1.1. De ofício, no interesse da Administração	---
3.1.2. A pedido, a critério da Administração	01
3.1.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar	---

<i>cônjuge/companheiro</i>	
<i>3.1.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde</i>	---
<i>3.1.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo</i>	---
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	01
4.1 Militares	---
<i>4.1.1. Doença em pessoa da família</i>	01
<i>4.1.2. Capacitação</i>	---
4.2 Civis	---
<i>4.2.1. Doença em pessoa da família</i>	---
<i>4.2.2. Capacitação</i>	---
5. Licença não remunerada (5.1+5.2)	---
5.1 Militares	---
<i>5.1.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro</i>	---
<i>5.1.2. Atividade política</i>	---
<i>5.1.3. Interesses particulares</i>	---
<i>5.1.4. Mandato classista</i>	---
5.2 Civis	---
<i>5.2.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro</i>	---
<i>5.2.2. Serviço militar</i>	---
<i>5.2.3. Atividade política</i>	---
<i>5.2.4. Interesses particulares</i>	---
<i>5.2.5. Mandato classista</i>	---
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	---
6.1 Militares	---
6.2 Civis	---
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	02

Fonte: Divisão Administrativa

6.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Tabela IX- Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão (1.1 + 1.2)	---	---	---	---
1.1. Cargos Natureza Especial	---	---	---	---
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	---	---	---	---
<i>1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão</i>	---	---	---	---
<i>1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado</i>	---	---	---	---
<i>1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas</i>	---	---	---	---
<i>1.2.4. Sem vínculo</i>	---	---	---	---
<i>1.2.5. Aposentados</i>	---	---	---	---
2. Funções gratificadas (2.1 + 2.2 + 2.3)	01	01	---	---
<i>2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão</i>	01	01	---	---
<i>2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado</i>	---	---	---	---
<i>2.3. Servidores de outros órgãos e esferas</i>	---	---	---	---
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	01	01	---	---

Fonte: Divisão Administrativa

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Tabela X- Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2 + 1.3)	132	60	125	131	43
<i>1.1. Militares de Carreira</i>	132	60	86	02	---
<i>1.2. Reconvocados</i>	---	---	10	07	---
<i>1.3. Servidores Cíveis de Carreira</i>	---	---	29	122	43
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)	229	153	116	49	12
<i>2.1. Militares</i>	07	12	---	---	---
<i>2.2. Cíveis</i>	222	141	116	49	12
3. Provimento de cargo em comissão (3.1+3.2+3.3)	---	---	---	---	01
<i>3.1. Cargos de Natureza Especial</i>	---	---	---	---	---
<i>3.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	---	---	---	---	---
<i>3.3. Funções gratificadas</i>	---	---	---	---	01
4. Totais (1+2+3)	361	213	241	180	56

Fonte: Divisão Administrativa

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Tabela XI- Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2 + 1.3)	---	---	24	53	310	86	11	7	---
<i>1.1. Militares de Carreira</i>	---	---	---	---	180	82	11	7	---
<i>1.2. Reconvocados</i>	---	---	---	---	15	02	---	---	---
<i>1.3. Servidores Cíveis de Carreira</i>	---	---	24	53	115	02	---	---	---
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)	---	---	69	148	296	43	3	---	---
<i>2.1. Militares</i>	---	---	---	---	---	17	02	---	---
<i>2.2. Cíveis</i>	---	---	69	148	296	26	01	---	---
3. Provimento de cargo em comissão (3.1+3.2+3.3)	---	---	---	---	01	---	---	---	---
<i>3.1. Cargos de Natureza Especial</i>	---	---	---	---	---	---	---	---	---
<i>3.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	---	---	---	---	---	---	---	---	---
<i>3.3. Funções gratificadas</i>	---	---	---	---	01	---	---	---	---
4. Totais (1+2+3)	---	---	93	201	607	129	14	07	---

Fonte: Divisão Administrativa

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

6.1.3 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

Tabela XII- Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Servidores em cargos efetivos											
Militares de Carreira (Ativa/Reconvocados)											
Exercícios	2012	15.207.910,72	9.086,76	2.530.910,11	820.199,00	1.475.232,34	136.354,86	3.941.941,50	0,00	0,00	24.121.635,29
	2011	16.233.982,23	8.452,80	2.759.294,12	875.202,33	963.383,17	113.449,82	4.372.393,89	36.697,17	0,00	25.362.855,53
	2010	10.648.027,87	7.492,15	1.308.213,41	778.322,97	3.124.626,75	67.631,71	6.152.819,31	0,00	0,00	22.087.134,17
Civis											
Exercícios	2012	7.732.979,30	37.455,84	1.041.071,60	352.841,45	656.376,58	482.829,68	152.266,69	5.909,81	125,91	10.461.856,86
	2011	7.404.174,84	37.455,84	942.888,88	342.563,69	654.861,05	447.414,50	142.036,75	0,00	563,73	9.971.959,28
	2010	6.297.895,03	37.455,84	1.141.123,22	976.768,49	0,00	428.090,00	895.928,21	0,00	0,00	9.777.260,79
Servidores com Contratos Temporários											
Militares (TTC / Oficiais Temporários / Serv. Militar Obrigatório)											
Exercícios	2012	320.169,00	0,00	123.642,61	77.140,73	0,00	0,00	192.374,28	13.169,55	0,00	726.496,17
	2011	333.163,80	0,00	82.969,37	4.070,47	3.138,80	0,00	118.320,58	0,00	0,00	541.663,02
	2010	360.825,07	0,00	0,00	34.281,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	395.106,56
Civis											
Exercícios	2012	6.891.984,12	0,00	1.024.160,17	1.084.559,58	3.513.299,90	49.293,80	379.027,33	0,00	0,00	12.942.324,90
	2011	6.990.249,23	0,00	852.291,70	1.411.732,79	2.907.824,52	87.024,50	675.022,40	0,00	0,00	12.924.145,14
	2010	6.565.340,60	0,00	784.221,70	1.448.290,67	2.339.836,91	0,00	0,00	0,00	0,00	11.137.689,88
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Militares											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Civis											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Civis											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Civis											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Civis											
Exercícios	2012	42.971,36	3.886,44	5.966,32	1.391,38	3.648,00	5.661,42	1.043,80	0,00	0,00	64.568,73
	2011	41.039,28	3.886,44	2.974,95	1.189,98	3.648,00	4.531,48	988,36	0,00	0,00	58.258,49
	2010	19.479,48	3.886,44	11.587,08	6.821,95	0,00	3.963,15	3.648,00	0,00	0,00	49.368,10

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES) / Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) / Seção de Finanças.

6.1.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, essa informação é gerenciada pela Diretoria de Administração de Pessoal – DIRAP, órgão de subordinação sistêmica do Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que, por sua vez, fará constar em seu Relatório de Gestão Consolidado as informações referentes a este cadastro.

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, essa informação é gerenciada pela Diretoria de Administração de Pessoal – DIRAP, órgão de subordinação sistêmica do Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que, por sua vez, fará constar em seu Relatório de Gestão Consolidado as informações referentes a este cadastro.

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, essa informação é gerenciada pela Diretoria de Administração de Pessoal – DIRAP, órgão de subordinação sistêmica do Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que, por sua vez, fará constar em seu Relatório de Gestão Consolidado as informações referentes a este cadastro.

6.1.5 ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

O Comando-Geral de Pessoal é a unidade responsável pelas atividades relacionadas à Gestão de Pessoal no âmbito do COMAER, cabendo ao COMGEP as informações pertinentes a este item.

6.1.6 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

O Comando-Geral de Pessoal é a unidade responsável pelas atividades relacionadas à Gestão de Pessoal no âmbito do COMAER, cabendo ao COMGEP as informações pertinentes a este item.

6.1.7 INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO

Não faz parte da natureza jurídica da UJ. Estará no Relatório de Gestão do COMGEP.

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Não faz parte da natureza jurídica da UJ. Estará no Relatório de Gestão do COMGEP.

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Não faz parte da natureza jurídica da UJ. Estará no Relatório de Gestão do COMGEP.

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Não faz parte da natureza jurídica da UJ. Estará no Relatório de Gestão do COMGEP.

6.1.8 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Esta UJ não é responsável pelas atividades relacionadas à Gestão de Pessoal no âmbito do COMAER. No entanto, em virtude da relevância da gestão de recursos humanos para o cumprimento de sua missão, a COMARA, vem desenvolvendo indicadores gerenciais que serão apresentados próximo exercício.

6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Não se aplica à Natureza jurídica da UJ.

6.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Não se aplica à Natureza jurídica da UJ.

6.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Não se aplica à Natureza jurídica da UJ.

6.2.3 AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

6.2.4 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

Não ocorreu no período.

6.2.5 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Não houve contratos de prestação de serviço com locação de mão-de-obra no exercício.

6.2.6 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

A UJ não possui estagiários em sua estrutura.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Normas utilizadas pela Subdivisão de Transporte:

-ICA75-6: Classificação, Distribuição, Emprego, Utilização e Operação de Veículos de Transporte de Superfície;

-ICA 400-25 - Indicadores de Gestão de Logística do COMGAP;

-ICA75-2 - Instrução para Alienação de Veículos de Transporte de Superfície;

-TCA 75-1 - Tabela de Dotação de Veículos do Comando da Aeronáutica.

- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A COMARA possui diversos tipos de veículos, desde viaturas leves para execução de missões administrativas dentro de sua área de atuação, até veículos de maior porte para execução das mais diversas tarefas solicitadas em nossos canteiros de obra pela região amazônica.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

- Veículos Leves

Total em uso: 34

Auto: 10

Pick-Up: 22

Van Furgão: 1

Caminhão Coletor de Lixo: 1

- Veículos Pesados

Total em uso: 66

Caminhão Betoneira: 11

Caminhão Carga Seca: 1

Caminhão 3-4: 3

Caminhão Lixeiro: 1

Caçamba: 27

Caminhão Lubrificador: 5

Caminhão Pipa: 7

Caminhão Munck: 2

Cavalo-Mecânico: 2

Micro-Ônibus: 4

Ônibus: 3

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Média de quilômetros rodados em 2012:

- Veículos Leves: 2.518 km por veículo

- Veículos Pesados: 2.669 km por veículo

*Cabe ressaltar que o indicador de quilômetros rodados possui representatividade diferenciada para esta UJ. Tendo em vista que, muitos de nossos equipamentos operam com horas trabalhadas (horímetro) em vez de quilometragem (hodômetro). Tratam-se de máquinas tais como motoniveladora, pá carregadeira, escavadeira, retro escavadeira, trator de esteira, geradores, fontes de iluminação etc.

- e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Idade média de veículos leves: 3 anos

Idade média de veículos pesados: 6 anos

- f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

- Gastos com Combustíveis e Lubrificantes:

Oléo Diesel: 483.934 L, aproximadamente R\$ 1.055.000,00

Gasolina: 27.232 L, aproximadamente R\$ 48.720,00

Lubrificantes: 10.996 L, aproximadamente R\$ 68.491,00

- Gastos com Peças: R\$ 1.507.111,00

- Gastos com Manutenção / Serviços / Revisões: Aproximadamente 429.000,00

- Gastos com Seguros / Licenciamentos: Aproximadamente R\$ 16.916,00

- Total: Aproximadamente R\$ 3.125.238,00

g) Plano de substituição da frota;

Não existe plano específico. Esta UJ segue apenas as recomendações presentes nas normas apresentadas no item (a) acima.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Aquisição se faz em detrimento da locação, principalmente pelo custo benefício encontrado e pela disponibilidade do serviço. Tendo em vista que a COMARA opera em toda região amazônica, com veículos de porte e utilização diversos, o custo para contratação de frota terceirizada seria maior. Só o tempo de deslocamento de Belém-PA para Iauaretê-AM, por exemplo, dura em média 30 dias. Além do fato deste tipo de serviço não estar acessível em várias localidades dentro de nossa área de atuação.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A Subdivisão de Transporte desta Comissão, através das seções de controle de combustíveis e lubrificantes, controle de viaturas (documentações) e transporte de superfície (garagem), dispõe dos seguintes controles:

- Talonários de Abastecimento;
- Mapa de Abastecimento das Viaturas;
- Relatório Mensal de Movimento de Combustível e Lubrificante dos Canteiros de Obra;
- Controle sobre as Viaturas da Unidade (números de registro, vencimento de seguros etc.);
- Controle Mensal sobre os Consumos de Combustível das Viaturas da Unidade;
- Relação de Motoristas;
- Relação de Aquisição de Materiais;
- Relação de Consumo de Materiais;
- Mapa de Movimentação de Material;
- Relação de Consumo de Combustíveis e Lubrificantes;
- Mapa de Consumo
- Representação Gráfica dos Gastos com Combustíveis das Viaturas

A COMARA, não possui Frota de Veículos Automotores contratada de terceiros.

7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Tabela XIII- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	PARÁ	04	04
	Belém	04	04
	AMAZONAS	01	01
	Manaus	01	01
Subtotal Brasil		05	05
EXTERIOR	Não Existe	-	-
		-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		05	05

Fonte: Sessão de Patrimônio da COMARA.

7.2.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

Não ocorreu no período.

7.2.3 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

Tabela XIV- Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
120088	0255.00822.500-1	21	3	Doação feita pelo Gov. AM	22/11/2012	12.079.744,73	—	—
120088	0427.00757.500-6	21	3	4,14x10 ⁻⁹	22/11/2012	25.552.132,86	—	—
120088	0427.00758.500-1	21	3	0,93x10 ⁻¹²	22/11/2012	6.483.690,79	—	—
120088	0427.00759.500-7	21	3	3,70x10 ⁻⁹	22/11/2012	14.259.712,43	—	—
120088	0427.00760.500-2	21	3	15,88x10 ⁻⁹	22/11/2012	2.915.617,89	—	—
Total							—	—

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET

0255.00822.500-1 – 4º Of. Reg. Imóveis de MN;

0427.00757.500-6 – 2º Of. Reg. Imóveis de BE;

0427.00758.500-1 – 2º Of. Reg. Imóveis de BE;

0427.00759.500-7 – 2º Of. Reg. Imóveis de BE; e

0427.00760.500-2 – 2º Of. Reg. Imóveis de BE.

Análise Crítica:

Os imóveis regularizados, ocupados por esta UG são todos compostos de terrenos e edificações. Os terrenos são porções de responsabilidade patrimonial de outras unidades, ficando a COMARA apenas com a responsabilidade administrativa dessas porções.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quadro VIII– Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input checked="" type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinala aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
<input type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.

	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input checked="" type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(1)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
<p>Com o objetivo de implementar melhorias no âmbito da T.I. e garantir a segurança e interoperabilidade dos sistemas da COMARA com todos os outros sistemas no âmbito da INTRAER. A equipe da DPTI implementou as seguintes ações abaixo relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Banco de Ordem de Serviço da DESG (concluído) • Implementação de <i>load balance</i> no sistema Proxy/firewall (concluído) • Inclusão da COMARA no programa de recoleta de cartuchos/torners para fornecedora HP (concluído) • Acompanhamento na atualização do SIGADAER junto aos usuários (concluído) • Implantação do sistema de gerenciamento de projetos <i>dotproject</i> (em andamento) • Projeto de monitoramento interno digital (em andamento) • Atualização do parque computacional (em andamento) • Autenticação de usuário no Proxy/firewall (em andamento) • Implantação do LDAP como solução de software livre para gerenciamento de usuários e acessos. (em estudos) 	

8.2 ANÁLISE CRÍTICA

Nada a declarar.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro IX– Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 		X			
	Exigência de Declaração de Responsabilidade Ambiental em todos os pregões.				
Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
<p>Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
<p>No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 				X	
	Foram instalados sistemas de iluminação mais econômicos que reduziram os dispêndios financeiros no fornecimento de energia elétrica e, também, instaladas torneiras automáticas.				
<p>No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	X				
<p>No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 					X
Foram adquiridos 03 (três) Caminhões Betoneiras, em atendimento à nova legislação de emissão de poluente Preconve P7, que regulamenta a emissão de poluentes dos veículos	Sim (X)		Não ()		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
novos estabelecida pelo Conama.					
<p>Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
<p>Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.</p> <p>Descrevem o bem a ser adquirido de forma a garantir o máximo de qualidade sem comprometer a concorrência. Um exemplo é a exigência de prazo mínimo de garantia para o material.</p>				X	
<p>Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p> <p>Os projetos realizados e implantados na COMARA sempre buscam otimizar a utilização de energia elétrica, por meio do emprego de sistemas de iluminação mais econômicos e procedimentos que assegurem um menor consumo de reativos, além de contemplarem sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, visando a segurança das pessoas e dos equipamentos.</p> <p>Da mesma forma, os projetos hidráulicos realizados e implantados sempre buscam reduzir o consumo de água, por meio da utilização de torneiras automáticas.</p>					X
<p>Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p> <p>A COMARA iniciou campanha educativa para a coleta seletiva, disponibilizando lixeiras nas dependências da OM.</p>				X	
<p>Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <p>Durante o ano de exercício 2012, a COMARA promoveu uma campanha entre os servidores com o objetivo de diminuir o consumo de água e energia elétrica. O assunto foi abordado em reuniões com os diferentes segmentos de servidores civis e militares e em comunicados oficiais realizados durante as formaturas semanais e mensais da organização militar. Nesses momentos, foi enfatizada a importância do esforço individual para que o uso da energia elétrica e da água fosse feito de forma consciente e responsável.</p>				X	
<p>Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <p>Foram implementadas ações de conscientização dirigidas aos funcionários e militares acerca do bom uso dos recursos renováveis e não renováveis, bem como sobre a necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais, por meio em comunicados oficiais semanais, ressaltando a crescente preocupação da organização militar em preservar os locais em que atua, e, da mesma forma, os empenhos feitos para que as interferências da instituição nas localidades em que opera sejam as menores possíveis.</p>				X	
Considerações Gerais: Não há.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

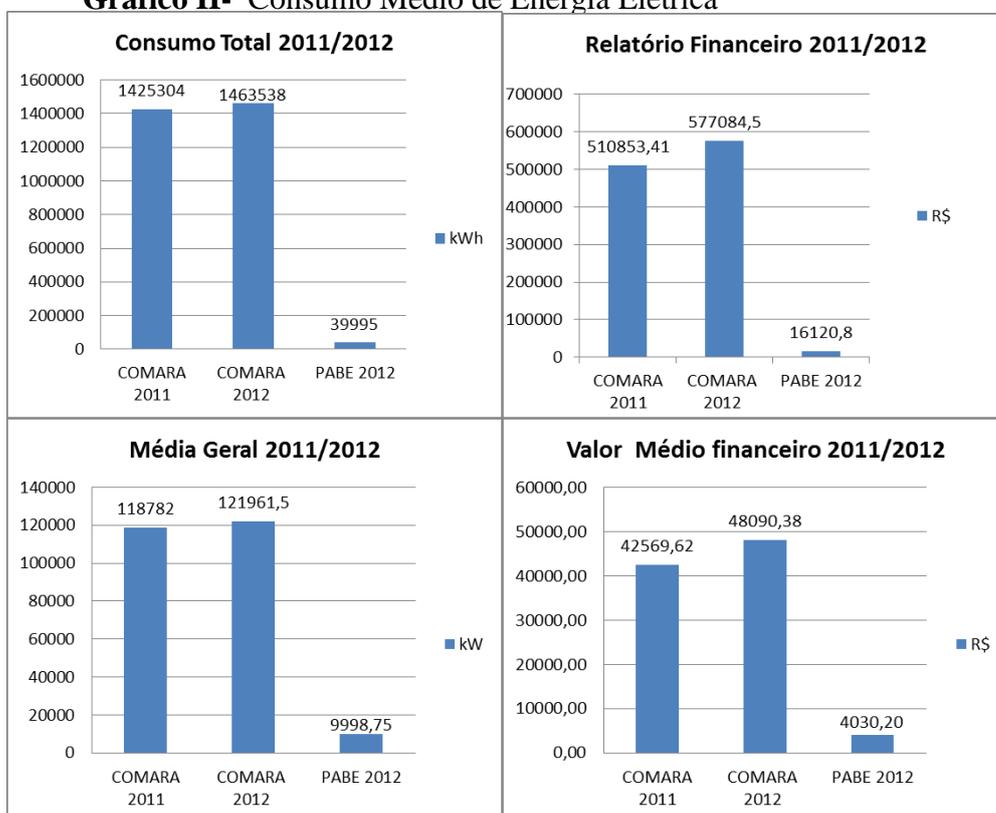
Tabela XV- Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.

Valores em R\$ 1,00

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	2.240 resmas	3.031 resmas	2.545 resmas	22.646,40	27.248,69	26.722,50
Água	36.624 m³	30.422 m³	18.792 m³	189.679,68	157.294,80	87.469,52
Energia	1.463.538 KWh	1.425.304	1.563.485 KWh	577.084,50	510.853,41	580.209,94
			Total	766.764,18	695.396,90	587.499,07

Fonte: Divisão de Engenharia(DE) / Sessão de Provisões da COMARA (DIPR).

Gráfico II- Consumo Médio de Energia Elétrica



Fonte: Divisão de Engenharia

Durante a gestão de 2012 foram envidados vários esforços para a redução do consumo e consequente redução com dispêndios financeiros no fornecimento de Energia Elétrica, no entanto durante este mesmo período acontecerão acréscimos de carga substanciais à COMARA – SEDE, intensificação de serviços no canteiro de obras em Iauaretê e consequentemente no destacamento que lhe dá apoio em São Gabriel da Cachoeira, a inclusão de mais uma UC (Unidade Consumidora) proveniente de Santa Rosa do Purus a partir de Julho, e o aumento da tarifa de energia elétrica na CELPA em 12,7% em 7 de Agosto.

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

10.1.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Não ocorreu no período.

10.1.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não ocorreu no período.

10.1.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro X- Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	06/12	1	Ofício nº 221/SUAUD-2/24645, de 24/09/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Descrição da Recomendação			
A COMARA deverá seguir as orientações emitidas pela SEFA por meio do manual eletrônico, as quais são estruturadas de acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, principalmente ao item que faz referência ao Número Único de Protocolo.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Vice-Presidência			—
Síntese da Providência Adotada			

O Agente Diretor determinou que todos os Agentes da Administração envolvidos na elaboração da documentação relativa ao Processo de Contas Anual de 2012 seguissem as diretrizes emitidas pela SEFA por meio do manual eletrônico, especialmente o item referente ao Número Único de Protocolo.

Síntese dos Resultados Obtidos

Todos os Agentes da Administração incumbidos de prestarem as informações necessárias para a elaboração do Processo de Contas Anual de 2012 o fizeram por meio de documentos padronizados conforme as orientações emitidas pela SEFA, com Número Único de Protocolo, os quais foram autuados em processo administrativo específico, devidamente numerado.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A divulgação das orientações emitidas pela SEFA por meio do manual eletrônico, de forma clara e detalhada, facilitou sobremaneira o seu correto entendimento, não deixando margem a interpretações equivocadas das mesmas.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	06/12	2	Ofício nº 221/SUAUD-2/24645, de 24/09/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Descrição da Recomendação			
A COMARA deverá acompanhar se os saldos finais nas tabelas que informem quantitativo referente à força de trabalho do relatório anterior são os mesmos dos saldos iniciais do relatório do corrente exercício, para que o relatório não contenha dados inconsistentes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Subdivisão de Pessoal			—
Síntese da Providência Adotada			
Ao elaborar as tabelas com informações referentes a quantitativo da força de trabalho da COMARA, no presente relatório, o Chefe da Subdivisão de Pessoal levou em consideração os saldos finais constantes do relatório anterior, a fim de manter a consistência dos dados apresentados.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Em todas as tabelas que informam o quantitativo referente à força de trabalho da COMARA no Relatório de Gestão de 2012, a lotação efetiva de servidores é igual ao total da lotação efetiva do exercício anterior mais os ingressos do exercício e menos os egressos do exercício.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A autuação de todos os documentos referentes ao Processo de Contas do exercício de 2011 em um processo administrativo específico facilitou a consulta de todas as informações necessárias para a elaboração do relatório relativo ao ano corrente.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	06/12	3	Ofício nº 221/SUAUD-2/24645, de 24/09/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Descrição da Recomendação			
A COMARA deverá estudar a possibilidade de, sempre que julgar pertinente a apresentação de índices, fazer uma análise sobre os resultados informados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria de Contabilidade de Custos			—
Síntese da Providência Adotada			
Todos os Agentes da Administração envolvidos na elaboração dos documentos referentes ao Processo de Contas Anual foram orientados a realizar análises críticas sobre os índices correspondentes às atividades de cada setor da COMARA, segundo a esfera de competência correspondente.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os índices constantes da documentação referente ao Processo de Contas Anual passaram a ser acompanhados pela análise dos resultados correspondentes, facilitando a compreensão do seu impacto sobre a missão da Unidade.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A receptividade e o espírito de cooperação apresentados por todos os Agentes da Administração envolvidos na elaboração dos documentos referentes ao Processo de Contas Anual contribuíram de maneira extremamente positiva para que a providência fosse adotada a contento.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	06/12	4	Ofício nº 221/SUAUD-2/24645, de 24/09/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Descrição da Recomendação			
A COMARA deverá atentar para a necessidade de comprovação requerida por alguns itens, a fim de comprovar a concordância com o fundamento apresentado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria de Contabilidade de Custos			—
Síntese da Providência Adotada			
Todos os Agentes da Administração envolvidos na elaboração dos documentos referentes ao Processo de Contas Anual foram orientados a comprovar as informações constantes dos itens em que há tal necessidade, conforme o disposto nas diretrizes emitidas pela SEFA, por meio do manual eletrônico.			

Síntese dos Resultados Obtidos
A concordância com o fundamento apresentado foi devidamente comprovada nos itens que demandavam tal procedimento, segundo as orientações emitidas pela SEFA para elaboração da documentação referente ao Processo de Contas Anual.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A receptividade e o espírito de cooperação apresentados por todos os Agentes da Administração envolvidos na elaboração dos documentos referentes ao Processo de Contas Anual contribuíram de maneira extremamente positiva para que as providências fossem adotadas a contento.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	06/12	5	Ofício nº 221/SUAUD-2/24645, de 24/09/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Descrição da Recomendação			
A COMARA deverá estudar a viabilidade de aplicar o disposto no subitem 11 do item 10, implantado a separação dos resíduos recicláveis descartados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão Administrativa			—
Síntese da Providência Adotada			
A partir do recebimento do Relatório de Auditoria de Gestão nº 06/12, foram adquiridos e instalados na UJ postos de captação de resíduos recicláveis descartados.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os materiais rejeitados, passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, passaram a ser separados na própria UJ (fonte geradora).			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O recebimento de recursos orçamentários em valores adequados às despesas com manutenção e conservação das instalações administrativas da COMARA (vida vegetativa), no exercício corrente, contribuiu positivamente para a aquisição dos equipamentos necessários à captação de resíduos recicláveis descartados.			

10.1.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não ocorreu no período.

10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.

10.3.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

Tabela XVI- Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	58	7	8
	Entregaram a DBR	58	7	8
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: Divisão Administrativa

10.3.1.1 Análise Crítica

A Seção de Pessoal Militar da Divisão Administrativa da COMARA é o setor responsável pelo recebimento das Declarações de Bens e Renda.

Em 2012, todos os detentores de cargo e funções entregaram suas Declarações de acordo com a Instrução Normativa do TCU nº 67, de 06 de julho de 2011. Posteriormente foi publicada a relação nominal desses detentores em Boletim Interno Confidencial. Essas publicações são gerenciadas pelo Sistema de Gerenciamento de Pessoal (SIGPES) e encaminhadas a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA) em consonância com a mensagem SIAFI 20120829959 (MSG nº 14/ANAJ, de 15 jun. 2012). As cópias das Declarações são organizadas em forma de processo e arquivadas na Seção de Investigação e Justiça da COMARA.

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Conforme declaração em anexo.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

As Informações Contábeis no âmbito do Comando da Aeronáutica é de responsabilidade da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

11.1.1 DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO, EXAUSTÃO E MENSURACÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

As Informações Contábeis no âmbito do Comando da Aeronáutica é de responsabilidade da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

11.2 DECLARACÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Informações Contábeis no âmbito do Comando da Aeronáutica é de responsabilidade da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

11.2.1 DECLARACÃO PLENA

As Informações Contábeis no âmbito do Comando da Aeronáutica é de responsabilidade da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

11.2.2 DECLARACÃO COM RESSALVA

As Informações Contábeis no âmbito do Comando da Aeronáutica é de responsabilidade da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

12. OUTRAS INFORMACÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 OUTRAS INFORMACÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

Nada a declarar.

Belém, 31 de dezembro de 2012.

Major-Brigadeiro do Ar CARLOS EURICO PECLAT DOS SANTOS
Presidente da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMISSÃO DE AEROPORTOS DA REGIÃO AMAZÔNICA

DECLARAÇÃO

Eu, Rodrigo de Sampaio Lemos, CPF nº 218.879.238-61, Chefe da Subdivisão de Licitações, exercido na Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Belém, 31 de dezembro de 2012.

RODRIGO DE SAMPAIO LEMOS Capitão Intendente
CPF nº 218.879.238-61
Chefe da Subdivisão de Licitações/Comissão de Aeroportos da Região Amazônica



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMISSÃO DE AEROPORTOS DA REGIÃO AMAZÔNICA - UJ 120088**

DECLARAÇÃO

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente as situações orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Declaro, ainda, que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI, não tendo sido objeto de análise.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 13 de março de 2013.


ANA PAULA SOARES DE ALCANTARA DO NASCIMENTO – 1º TEN QOEA SVA
Chefe da Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis
Contadora CRC-DF Nº 017367/O-0

Ciente:


ALEXANDRE VELLOSO GUIMARÃES - Cel Int
Chefe da Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis
Subsecretária de Contabilidade
Contador CRC-DF nº 013386/0-8



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMISSÃO DE AEROPORTOS DA REGIÃO AMAZÔNICA - UJ 120088**

INFORMAÇÕES SOBRE AS ADOÇÕES DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Declaro que a Unidade Jurisdicionada, em cumprimento às orientações normativas elaboradas pela Unidade Gestora Setorial de Contabilidade do Comando da Aeronáutica, adotou procedimentos e práticas aplicáveis aos registros e às demonstrações contábeis consoantes as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e 16.10.

Especificamente em relação à avaliação e mensuração de Ativos e Passivos e concernente à depreciação dos itens do Ativo Permanente, a Unidade Jurisdicionada adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.10 e 16.9, respectivamente, da seguinte forma:

a) a vida útil econômica dos itens do Ativo Permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.4.2.1.2.00.00;

b) a depreciação foi realizada pelo método linear ou das cotas constantes, com as taxas de depreciação calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI;

c) a vida útil econômica dos bens bem imóveis, bem como os critérios de avaliação, mensuração e de depreciação obedecem às normas do Sistema de Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUNET;

d) a avaliação e a mensuração dos itens do Ativo e do Passivo obedeceram aos seguintes critérios:

- Disponibilidades – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;

- Créditos e Obrigações – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;

- Estoques – valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, quando aplicável;

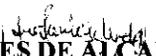
- Imobilizado e Intangível – valor de aquisição/produção/construção, com previsão do

reconhecimento dos efeitos da depreciação ou da amortização, conforme o caso;

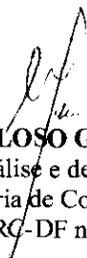
- Diferido – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no SIAFI, sendo aplicável aos saldos de recursos financeiros remanescentes na UJ, sem contrapartida de obrigações do passivo no encerramento do exercício.

e) a utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, especialmente, nos casos de reavaliação dos itens do Ativo Permanente e do registro da depreciação apresentou seus reflexos no resultado patrimonial do exercício e no Patrimônio Líquido.

Brasília-DF, 13 de março de 2013.


ANA PAULA SOARES DE ALCANTARA DO NASCIMENTO – 1º TEN QOEA SVA
Chefe da Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis
Contadora CRC-DF Nº 017367/O-0

Ciente:


ALEXANDRE VELLOSO GUIMARÃES - Cel Int
Chefe da Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis
Subsecretaria de Contabilidade
Contador CRC-DF nº 013386/0-8